



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015



*COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO*

BRASÍLIA/DF

Sumário

<i>Apresentação</i>	5
A Comissão de Segurança Pública	7
1.1. Composição da Comissão	7
1.1.1. Presidente	7
1.1.2. Vice-Presidentes	8
1.1.3. Membros	9
1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão	14
1. Eventos	16
2.1. Audiências Públicas	16
2.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas	16
2.2. Outros eventos	21
2.2.1. Visitas	21
2.3. Demonstrativo Numérico dos Eventos	22
2. Apreciação de Proposições na Comissão	23
3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos	23
3.2. Demonstrativo Numérico dos Projetos	24
3.3. Emendas ao PPA 2016-2019; à LDO e ao Orçamento para 2016	25
4. Histórico da CSPCCO	27
4.1. Requerimentos	27
4.2. Projetos	28
4.3. Eventos	28
A Sociedade e a Comissão	29
7. Subcomissões	30
7.1. Eventos da Subcomissão Permanente para Tratar do Combate ao Crime Organizado	31
7.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas	31
7.1.2. Outros Eventos – Visitas da Subcomissão Permanente de Combate ao Crime Organizado	33
Anexos	35
Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão	36
Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas	44
Tabela 2. Outras Saídas	46
Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão	60
Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas	78

Tabela 4. Requerimentos	87
Resolução nº 20, de 2004	101
<i>Equipe Técnica</i>	102
<i>Contatos</i>	102

APRESENTAÇÃO

Ao terminar minha gestão como presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado, analiso os resultados alcançados e vejo o quanto avançamos em 2015. Durante este mandato tivemos a chance de criar e aprovar projetos, que melhorarão a Segurança Pública de toda a nação. Pelos números apresentados neste relatório consigo ver que cumprimos o nosso papel. A Câmara Federal, através desta Comissão, trabalhou para que a voz do povo fosse ouvida.

A Segurança Pública é um problema interdisciplinar que tem sempre um lugar garantido na mídia, no discurso político e na sociedade. Há sempre um apelo por intervenções do poder público, o povo sempre clama por ações efetivas que garantam o fim da violência, para que assim todos possam usufruir de qualidade de vida paz. Visando atender esse clamor da população, é que pautamos as nossas reuniões em 2015.

Ao longo do ano promovemos cinco audiências públicas, sendo uma conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Dentre elas, destaco a que ouvimos o representante do HSBC Brasil, Antônio Fernando Ribeiro, que esclareceu sobre as matérias veiculadas na imprensa a cerca do escândalo financeiro envolvendo o HSBC, que ficou conhecido como Swissleaks. Outra de suma importância discutiu sobre as Audiências de Custódia. A comissão ouviu representantes conceituados no assunto, vindos de várias partes do Brasil, e esclareceu sobre a aplicabilidade dessas audiências, sua eficácia, aspectos legais e consequências no aspecto global da Segurança Pública.

No total, tivemos 34 reuniões deliberativas. Aprovamos 73 requerimentos e votamos em 56 projetos de lei. Entre os projetos, destaco o PL 629/15, que aprovou a criação do Cadastro Nacional dos Pedófilos. A proposta, de fundamental interesse público, quando sancionada, fortalecerá os instrumentos que a polícia e a justiça dispõem para combater a pedofilia, e coibirá as mais diferentes modalidades de crimes, especialmente os que atingem crianças e adolescentes. Outro projeto que merece destaque é o PL 1351/15 que institui seguro de vida para policiais e bombeiros militares, policiais civis, federais e rodoviários federais.

Foi um ano árduo de trabalho, em que me empenhei para que todas as frentes de Segurança fossem atendidas, através das audiências, dos requerimentos e projetos. E creio que consegui fazer este papel, já que atendemos os departamentos militares, civis, rodoviários, guarda-municipal, dentre tantos outros. Todo esse empenho reflete diretamente em benefício da população, quer será atendida através dos projetos aprovados aqui.

Por fim, agradeço aos colegas membros desta comissão, que se empenharam em fazer o seu melhor papel, buscando atender o interesse público, a voz da sociedade. Desejo que os novos projetos que passem por aqui continuem atendendo à comunidade, e que cada vez tenhamos mais segurança. Que a luta por construir uma sociedade justa e igualitária seja sempre incansável por nós, membros deste Congresso.

Deputado **JOSÉ PRIANTE** (PMDB/PA), Presidente.

A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.1. Composição da Comissão

1.1.1. Presidente



Deputado JOSÉ PRIANTE
(PMDB/PA)
PRESIDENTE

Mandatos: 1995/1999,
1999/2003, 2003/2007,
2011/2015, 2015/2019
Gabinete: 752 - Anexo IV

1.1.2. Vice-Presidentes



Deputado **CAPITÃO AUGUSTO**
(PR/SP)
1º VICE-PRESIDENTE
Mandato: 2015/2019
Gabinete: 273 - Anexo III



Deputado **MARCOS REATEGUI**
(PSC/AP)
2º VICE-PRESIDENTE
Mandato: 2015/2019
Gabinete: 344 - Anexo IV



Deputado **LAUDÍVIO CARVALHO**
(PMDB/MG)
3º VICE-PRESIDENTE
Mandato: 2015/2019
Gabinete: 717 - Anexo IV

1.1.3. Membros

Titulares				
 <p>Adelmo Carneiro Leão PT/MG</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 231 – Anexo IV</p>	 <p>Alberto Fraga DEM/DF</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2015/2019 Gabinete: 511 – Anexo IV</p>	 <p>Alexandre Leite DEM/SP</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 841 – Anexo IV</p>	 <p>Arnaldo Faria de Sá PTB/SP</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 929 – Anexo IV</p>	 <p>Cabo Daciolo S.Part/RJ</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 803 – Anexo IV</p>
 <p>Cabo Sabino PR/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 617 – Anexo IV</p>	 <p>Caetano PT/BA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 415 – Anexo IV</p>	 <p>Delegado Éder Mauro PSD/PA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 586 – Anexo III</p>	 <p>Delegado Edson Moreira PTN/MG</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 933 – Anexo IV</p>	 <p>Delegado Waldir PSDB/GO</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 645 – Anexo IV</p>
 <p>Eduardo Bolsonaro PSC/SP</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 481 – Anexo III</p>	 <p>Efraim Filho DEM/PB</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 744 – Anexo IV</p>	 <p>Eliziane Gama REDE/MA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 205 – Anexo IV</p>	 <p>Fernando Monteiro PP/PE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 282 – Anexo III</p>	 <p>Gilberto Nascimento PSC/SP</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2015/2019 Gabinete: 834 – Anexo IV</p>

Titulares (Continuação)

 <p>Givaldo Carimbão PROS/AL</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 732 – Anexo IV</p>	 <p>Guilherme Mussi PP/SP</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 712 – Anexo IV</p>	 <p>Jaime Martins PSD/MG</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 904 – Anexo IV</p>	 <p>Jair Bolsonaro PP/RJ</p> <p>Mandatos: 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 482 – Anexo III</p>	 <p>João Campos PSDB/GO</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 315 – Anexo IV</p>
 <p>Keiko Ota PSB/SP</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 523 – Anexo IV</p>	 <p>Laerte Bessa PR/DF</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2015/2019 Gabinete: 340 – Anexo IV</p>	 <p>Moema Gramacho PT/BA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 576 – Anexo III</p>	 <p>Moroni Torgan DEM/CE</p> <p>Mandatos: 1991/1995, 1999/2003, 2003/2007, 2015/2019 Gabinete: 445 – Anexo IV</p>	 <p>Padre João PT/MG</p> <p>Mandatos: 2001/2015, 2015/2019 Gabinete: 743 – Anexo IV</p>
 <p>Pastor Eurico PSB/PE</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 906 – Anexo IV</p>	 <p>Rocha PSDB/AC</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 607 – Anexo IV</p>	 <p>Subtenente Gonzaga PDT/MG</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 750 – Anexo IV</p>	 <p>Wilson Filho PTB/PB</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 534 – Anexo IV</p>	

Suplentes

 <p>Ademir Camilo PROS/MG</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 804 – Anexo IV</p>	 <p>Aluisio Mendes PMB/MA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 931 – Anexo IV</p>	 <p>Betinho Gomes PSDB/PE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 269 – Anexo III</p>	 <p>Claudio Cajado DEM/BA</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 630 – Anexo IV</p>	 <p>Edio Lopes PMDB/RR</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 408 – Anexo IV</p>
 <p>Eros Biondini PTB/MG</p> <p>Mandatos: 2001/2015, 2015/2019 Gabinete: 321 – Anexo IV</p>	 <p>Fernando Francischini SD/PR</p> <p>Mandato: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 265 – Anexo III</p>	 <p>Gonzaga Patriota PSB/PE</p> <p>Mandatos: 1987/1991, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 430 – Anexo IV</p>	 <p>Hugo Leal PROS/RJ</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 631 – Anexo IV</p>	 <p>Irmão Lazaro PSC/BA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 467 – Anexo III</p>
 <p>Laura Carneiro PMDB/RJ</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2015/2019 Gabinete: 437 – Anexo IV</p>	 <p>Lincoln Portela PR/MG</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 615 – Anexo IV</p>	 <p>Mauro Lopes PMDB/MG</p> <p>Mandatos: 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 844 – Anexo IV</p>	 <p>Moses Rodrigues PPS/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 809 – Anexo IV</p>	 <p>Onyx Lorenzoni DEM/RS</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 828 – Anexo IV</p>

Suplentes (Continuação)

 <p>Osmar Terra PMDB/RS</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 927 – Anexo IV</p>	 <p>Otavio Leite PSDB/RJ</p> <p>Mandatos: 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 225 – Anexo IV</p>	 <p>Pauderney Avelino DEM/AM</p> <p>Mandatos: 1991/1995, 1995/1999, 1999/2003, 2003/2007, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 610 – Anexo IV</p>	 <p>Paulo Freire PR/SP</p> <p>Mandatos: 2001/2015, 2015/2019 Gabinete: 416 – Anexo IV</p>	 <p>Pompeo de Mattos PDT/RS</p> <p>Mandatos: 1999/2003, 2003/2007, 2007/2011, 2015/2019 Gabinete: 704 – Anexo IV</p>
 <p>Renzo Braz PP/MG</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 736 – Anexo IV</p>	 <p>Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 656 – Anexo IV</p>	 <p>Ronaldo Benedet PMDB/SC</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 918 – Anexo IV</p>	 <p>Ronaldo Martins PRB/CE</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 568 – Anexo III</p>	 <p>Rubens Otoni PT/GO</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 501 – Anexo IV</p>
 <p>Shéridan PSDB/RR</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 246 – Anexo IV</p>	 <p>Silas Freire PR/PI</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 484 – Anexo III</p>	 <p>Simone Morgado PMDB/PA</p> <p>Mandato: 2015/2019 Gabinete: 440 – Anexo IV</p>	 <p>Valmir Assunção PT/BA</p> <p>Mandatos: 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 739 – Anexo IV</p>	 <p>Vander Loubet PT/MS</p> <p>Mandatos: 2003/2007, 2007/2011, 2011/2015, 2015/2019 Gabinete: 838 – Anexo IV</p>

Suplentes (Continuação)



Wladimir Costa
SD/PA

Mandatos: 2003/2007,
2007/2011, 2011/2015,
2015/2019
Gabinete: 343 – Anexo IV



Zé Carlos
PT/MA

Mandato: 2015/2019
Gabinete: 748 – Anexo IV

1.1.4. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão

Membro	Deputado (a)	Partido	UF	Entrada	Saída
Suplente	Shéridan	PSDB	RR	4/3/15	*
Suplente	Chico Lopes	PCdoB	CE	*	5/3/15
Suplente	Aluisio Mendes	PSDC	MA	5/3/15	24/11/15
		PMB	MA	24/11/15	*
Suplente	Mendonça Filho	DEM	PE	*	6/3/15
Suplente	Onyx Lorenzoni	DEM	RS	6/3/15	*
Suplente	Moses Rodrigues	PPS	CE	12/3/15	*
Suplente	Luizianne Lins	PT	CE	*	17/3/15
Titular	Capitão Fábio Abreu	PTB	PI	*	18/3/15
Suplente	Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	*	18/3/15
Titular				18/3/15	*
Suplente	Heráclito Fortes	PSB	PI	*	18/3/15
Suplente	Ronaldo Benedet	PMDB	SC	18/3/15	*
Suplente	William Woo	PV	SP	19/3/15	30/9/15
Suplente	Zé Carlos	PT	MA	25/3/15	*
Suplente	Silas Freire	PR	PI	25/3/15	6/7/15
				8/7/15	*
Suplente	Odorico Monteiro	PT	CE	*	16/4/15
Suplente	Fernanco Francischini	SD	PR	10/6/15	*
Titular	Fábio Mitidieri	PSD	SE	*	25/6/15
Titular	Jaime Martins	PSD	MG	25/6/15	*
Suplente	Claudio Cajado	DEM	BA	9/7/15	*
Titular	Alexandre Leite	DEM	SP	*	6/8/15
				13/8/15	*
Titular	Felipe Maia	DEM	RN	6/8/15	*
Titular	Eliziane Gama	PPS	MA	*	5/10/15
		REDE	MA	5/10/15	*
Suplente	Gonzaga Patriota	PSB	PE	*	27/10/15
				4/11/45	*

Membro	Deputado (a)	Partido	UF	Entrada	Saída
Suplente	Vicentinho Júnior	PSB	TO	27/10/15	4/11/15
Suplente	Laura Carneiro	PMDB	RJ	28/10/15	*
Titular	Major Olimpio	PDT	SP	*	25/11/15
		PMB	SP	25/11/15	1º/12/15
Suplente	Subtenente Gonzaga	PDT	MG	*	1º/12/15
Titular				1º/12/15	*

*Indica que o parlamentar já era membro da Comissão desde a instalação ou sua permanência até o fim de 2015.

1. EVENTOS

2.1. Audiências Públicas

Ao longo do ano de 2015, a Comissão de Segurança Pública promoveu cinco audiências públicas, sendo uma conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. No quadro a seguir apresenta-se um resumo dessas audiências com os temas e os palestrantes que nelas estiveram presentes.

2.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas

Data	Tema	Autores dos Requerimentos	Palestrantes
1 29/4/2015	Matérias veiculadas na imprensa em fevereiro do ano corrente sobre o escândalo financeiro ocorrido no HSBC Bank Brasil que ficou conhecido como "SwissLeaks".	Deputado Heráclito Fortes (Req. nº 3/15)	- Antônio Fernando Ribeiro, responsável pela prevenção a crimes financeiros (<i>Financial Crime Compliance</i>), representando o HSBC Brasil.

Data	Tema	Autores dos Requerimentos	Palestrantes
2 28/5/2015	Audiência de Custódia: aplicabilidade, eficácia, aspectos legais e consequências no aspecto global da segurança pública.	<p>Deputado Lincoln Portela (Req. nº 7/15) (Req. nº 27/15) (Req. nº 35/15)</p> <p>Deputado Eduardo Bolsonaro (Req. nº 26/15)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mario Bonsaglia, Subprocurador-Geral da República, representante do Ministério Público Federal. - Renato Campos de Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, representante do Ministério da Justiça. - Henrique Nelson Calandra, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, representante da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais. - Ulysses de Oliveira Gonçalves Júnior, Juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais da cidade de São Paulo/SP. - Fernando Mendonça, Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. - Paulo Rubens Parente, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. - Adriano Damasceno, Defensor Público do Estado do Maranhão. - Marcos Leôncio, Delegado de Polícia Federal e Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. - Flávio Werneck Meneguelli, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal. - Thiago Frederico de Souza Costa, Delegado de Polícia do Distrito Federal, representante do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal. - Elias Miller da Silva, Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Diretor de Relações Institucionais da Federação de Entidades de Oficiais Militares Estaduais. - Renato Vieira, representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM. - Marina Dias, representante da Rede Justiça Criminal de Brasília.

Data	Tema	Autores dos Requerimentos	Palestrantes
3 19/11/2015	<p>Debate sobre os seguintes projetos:</p> <p>PL nº 7.764/2014 que acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal; e</p> <p>PL nº 404/2015 que acrescenta artigos à Lei 12.594 de 18 de Janeiro de 2012, Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que dispõe sobre a revista pessoal.</p>	<p>Deputados João Campos e Subtenente Gonzaga (Req. nº 80/15)</p> <p>Deputado João Campos (Req. nº 113/15)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vivian Calderoni, representante da Rede Justiça Criminal. - Túlio Caiban Bruno, representante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. - Edemundo Dias de Oliveira Filho, Presidente da Academia Goiana de Direito e Membro da Comissão Revisora da Lei de Execução Penal do Senado Federal. - Mauro César Lima, Diretor da Penitenciária do Distrito Federal I. - Bruno César Gonçalves Silva - Presidente do Conselho Penitenciário e de Política Criminal de Minas Gerais. - Haroldo Caetano da Silva, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás. - Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários. - Maíra Fernandes, Membro da Comissão de Acompanhamento do Sistema Carcerário da OAB. - Renato Campos Pinto de Vitto - Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional. - Elisa Cruz - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro e membro da Comissão da Infância e Juventude da ANADEP.

Data	Tema	Autores dos Requerimentos	Palestrantes
4 26/11/2015	<p>Debate sobre o Plano Estratégico de Fronteiras, definido pelo Decreto nº 7.496, de 8 de Junho de 2011.</p> <p>Reunião de Audiência Pública com a participação da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação.</p>	<p>Deputado Efraim Filho (Req. nº 121/15)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - General Álvaro Gonçalves Wanderley, Subchefe de Inteligência Operacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, representante do Ministério da Defesa. - Maurício Rasi, Assessor da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, representante do Ministério da Justiça. - Murilo José Perini da Silva Braga, Coordenador de Fiscalização e Repressão e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, representante do Ministério da Fazenda/Receita Federal. - Marcelo Ramos Araújo, Chefe da Divisão da América Meridional III, representante do Ministério das Relações Exteriores. - William Tetsuo Teixeira Iwakiri, Procurador da República no Município de Foz do Iguaçu/PR. - Hugo Barros Correia, Coordenador-Geral da Polícia Fazendária, representante do Departamento de Polícia Federal. - Moisés Dionísio da Silva, Chefe da Divisão de Operações de Inteligência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. - Sílvia de Alencar Felismino, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal. - Luciano Stremel Barros, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras – IDESF. - Fernando Bomfiglio, Diretor do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO. - Antonio Cesar Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. - Rivail Cerqueira, Professor da Fundação Getúlio Vargas Internacional. - Edson Vismona, Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade - FNCP. - Waltoédson Dourado de Arruda, Auditor da Receita Federal.

Audiência Pública Conjunta

Data	Tema	Autores do Requerimento	Palestrante
1 15/4/2015	<p>Explicar sobre temas afetos à formulação e à execução da política externa brasileira;</p> <p>Prestar esclarecimentos acerca das medidas adotadas pelo Governo brasileiro em relação à pena de execução imposta a cidadãos brasileiros condenados por tráfico de drogas na Indonésia; e</p> <p>Prestar esclarecimentos sobre a recusa do Governo Federal em efetuar pagamentos relativos à contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA) e transferência do montante de R\$ 16,24 milhões à União das Nações Latino-Americanas (Unasul), referentes ao ano de 2014.</p> <p>Audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Relações Exteriores e Defesa nacional; e Fiscalização Financeira e Controle.</p>	<p>Deputado Delegado Waldir - CSPCCO (Req. nº 5/15)</p> <p>Deputada Jô Moraes - CREDN (Req. nº 3/15)</p> <p>Deputado Vanderlei Macris - CFFC (Req. nº 53/15)</p>	<p>- Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores.</p>

2.2. Outros eventos

2.2.1. Visitas

2.2.1.1 VISITA À CIDADE DO RIO DE JANEIRO, NOS LOCAIS ONDE EXISTAM PRESOS MILITARES

Mediante aprovação do Requerimento nº 20/15, de autoria do Deputado Cabo Daciolo, a Comissão realizou visitas em missão oficial à Unidade Prisional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e ao Grupamento Especial do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, no dia 13 de abril de 2015, com o objetivo inspecionar as condições a que estão submetidos os presos militares. A visita foi fundamental para compreensão da realidade submetida aos presos, bem como para conhecer o funcionamento das Unidades Prisionais em questão.

2.3. Demonstrativo Numérico dos Eventos

<i>Evento</i>	<i>Total</i>
Reuniões Ordinárias	
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes	2
Deliberativas ¹	34
Audiências Públicas ²	4
Audiência Pública Conjunta	1
Outros Eventos	
Reuniões de Subcomissão	31
Visitas ³	3
Total Geral	74⁴

¹ sendo uma mista, incluindo audiência pública.

² sendo uma mista, incluindo deliberação.

³ sendo duas visitas realizadas por Subcomissão.

⁴ na totalização, as reuniões mistas foram consideradas apenas uma vez.

2. APRECIÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

Para ilustrar as deliberações da Comissão de forma sintética - em termos numéricos - são apresentados, a seguir, os quantitativos referentes à apresentação e apreciação tanto de requerimentos como de projetos.

3.1. Demonstrativos Numéricos dos Requerimentos

REQUERIMENTOS – FINALIDADES				
Total de Requerimentos Apresentados	Subcomissões	Audiências Públicas	Outros Eventos	Diversos
131	11	101 ¹	10	9

¹foram computados 8 requerimentos de Convocação.

SITUAÇÃO DOS REQUERIMENTOS				
Total de Requerimentos Apresentados	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados/Retirados	Não deliberados
131	73	0	2	56

3.2. Demonstrativo Numérico dos Projetos

PROJETOS		
Pendentes de 2014		161
Recebidos em 2015		240
Subtotal recebidos		401
Saídas	Deliberados	56
	Outras saídas	84
Subtotal saídas		140
PENDENTES DE APRECIÇÃO		261

3.3. Emendas ao PPA 2016-2019; à LDO e ao Orçamento para 2016

Em 2015, foram aprovadas pela CSPCCO três emendas à LDO, quatro à LOA e três ao PPA, conforme quadros demonstrativos abaixo.

Quadro nº 1 - Sugestões de emendas ao PL nº 1/2015-CN (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016)				
Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	José Priante	Inclusão de meta	Requer inclusão de meta para Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - 500 projetos concluídos - Programa 2058; Ação nova.	Pela aprovação parcial, para a conclusão de 70 projetos.
2	Jaime Martins	Inclusão de meta	Requer inclusão de meta para Construção de Unidades do Departamento de Polícia Federal - 3 unidades construídas - Programa 2070; Ação 155i.	Pela aprovação.
3	Delegado Edson Moreira	Inclusão de meta	Requer inclusão de meta para Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - 2% do sistema implantado - Programa 2058	Pela aprovação parcial, para a execução de 0,47% do sistema.

Quadro nº 2 - Sugestões de emendas ao PL nº 7/2015-CN (Lei Orçamentária Anual para 2016)				
Nº	AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	José Priante	Inclusão de despesa	Requer inclusão de despesa para implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Calha Norte, no valor de R\$ 151.000.000,00. Programa 2058; Ação 1211. Meta: 500 projetos concluídos.	Inadmitida.
2	José Priante	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para implantação do SISFRON, no valor de R\$ 150.000.000,00. Programa 2058; Ação 14T5. Meta: 2%.	Aprovada parcialmente, no valor de R\$ 5.000.000,00.
4	Jaime Martins	Inclusão de despesa	Requer inclusão de despesa para a construção de delegacias do Departamento de Polícia Federal, no valor de R\$ 70.000.000,00 (Programa 2081; Ação 15F9. Meta: 4 obras concluídas.	Aprovada parcialmente, no valor de R\$ 250.000,00.
5	José Priante	Acréscimo de despesa	Requer acréscimo de despesa para estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública, no valor de R\$ 70.000.000,00. Programa 2081; Ação 20iD. Meta: 80 projetos apoiados.	Aprovada parcialmente, no valor de R\$ 250.000,00.

Apenas para conhecimento, apresenta-se a seguir a sugestão de emenda à LOA declarada prejudicada na CSPCCO, em virtude da aprovação das emendas nºs 1, 2, 4 e 5 acima mencionadas.

**Sugestões de emenda ao Projeto da LOA para 2016
declaradas prejudicadas na CSPCCO**

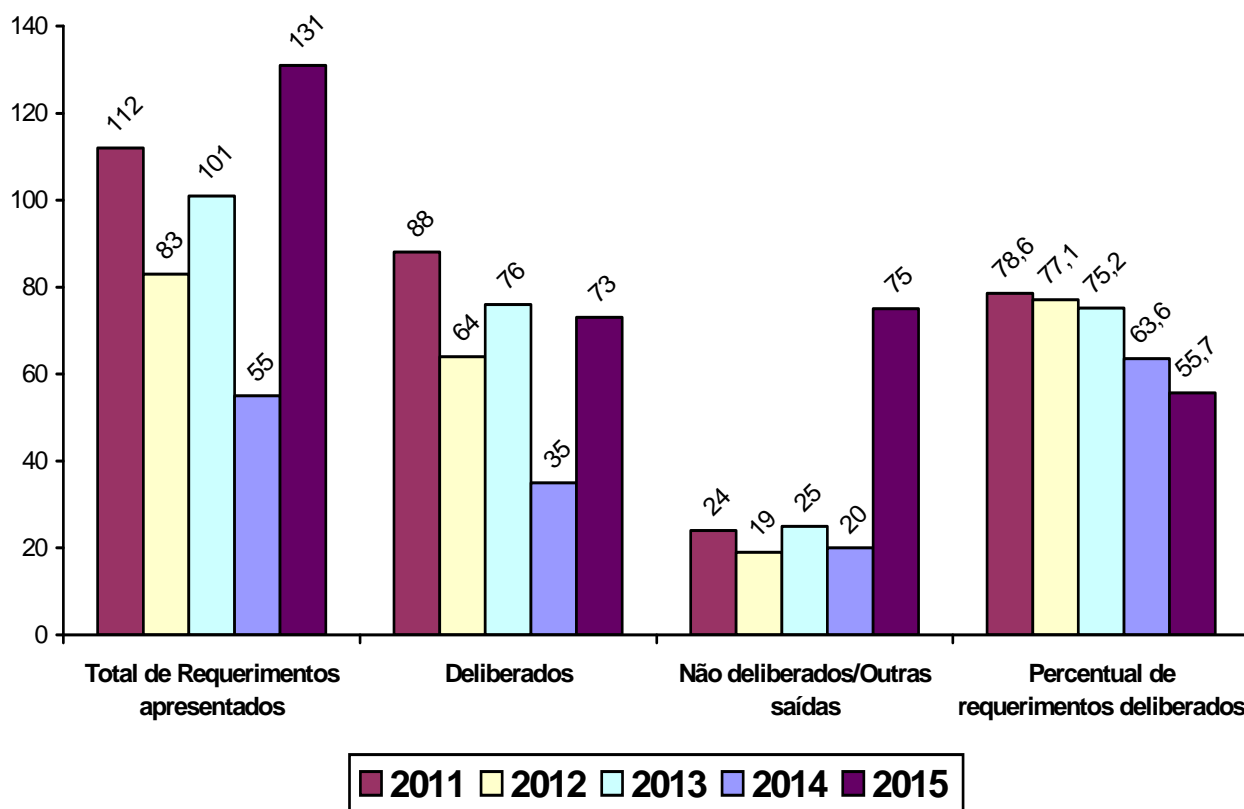
Nº	AUTOR	EMENTA
3	José Priante	Requer inclusão de despesa para a construção de unidades do Departamento de Polícia Federal, no valor de R\$ 40.150.000,00. Programa 2070; Ação 155i. Meta: 45%.
6	Cabo Sabino	Requer acréscimo de despesa para estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública, no valor de R\$ 30.000.000,00. Programa 2081; Ação 20iD. Meta: 16 projetos apoiados.
7	Fernando Francischini	Requer inclusão de despesa para ampliação, reforma e modernização das unidades do Departamento de Polícia Federal, no valor de R\$ 60.000.000,00. Programa 2070; Ação 155J. Meta 50%.

Quadro nº 3 - Sugestões de emendas ao PL nº 6/2015-CN (Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019)			
Nº	TIPO DE EMENDA	EMENTA	RESULTADO na CMO
1	Inclusão de iniciativa	Requer inclusão de iniciativa para fortalecimento dos órgãos de segurança pública estaduais (programa 2081; objetivo 1044), no valor total de R\$ 500.000.000,00.	Aprovada.
2	Inclusão de iniciativa	Requer inclusão de iniciativa para modernização e apoio à aplicação da Lei Maria da Penha (programa 2081; objetivo 1044), no valor total de R\$ 100.000.000,00.	Aprovada.
3	Inclusão de iniciativa	Requer inclusão de iniciativa para melhoramento e modernização do sistema carcerário nacional (programa 2081; objetivo 1045), no valor total de R\$ 500.000.000,00.	Aprovada.

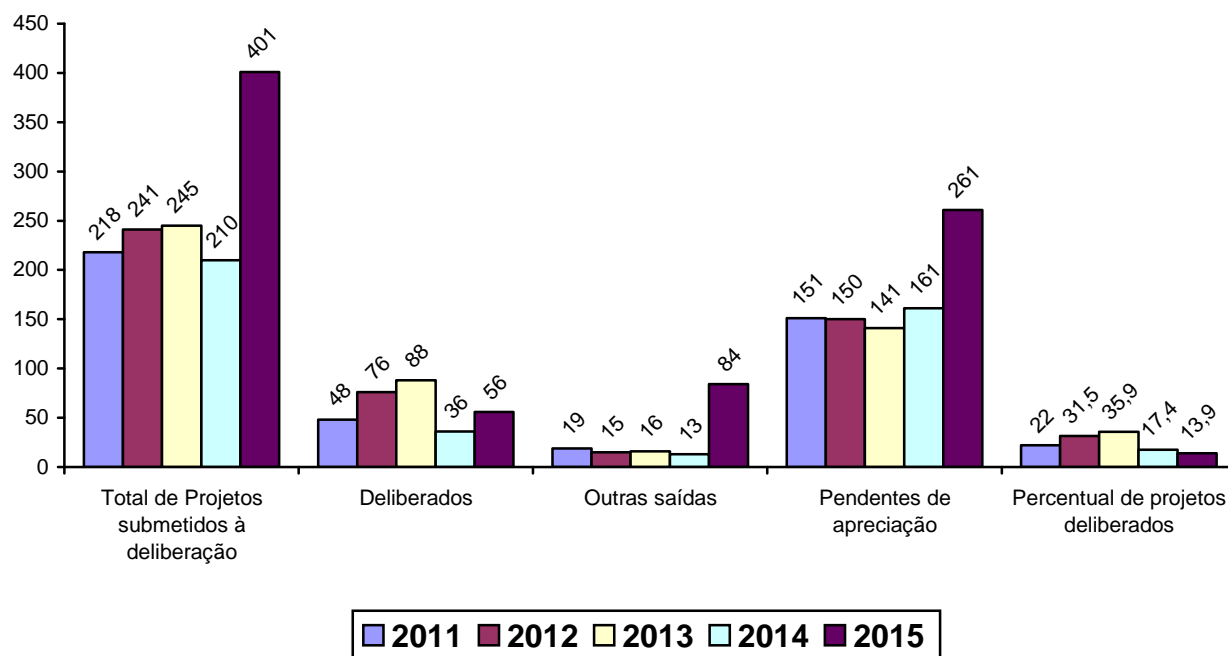
4. HISTÓRICO DA CSPCCO

Apresenta-se neste item, sob a forma de gráficos, histórico comparativo das proposições que aqui tramitaram e dos eventos realizados nos últimos cinco anos. Assim, pode-se visualizar e avaliar o volume de trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

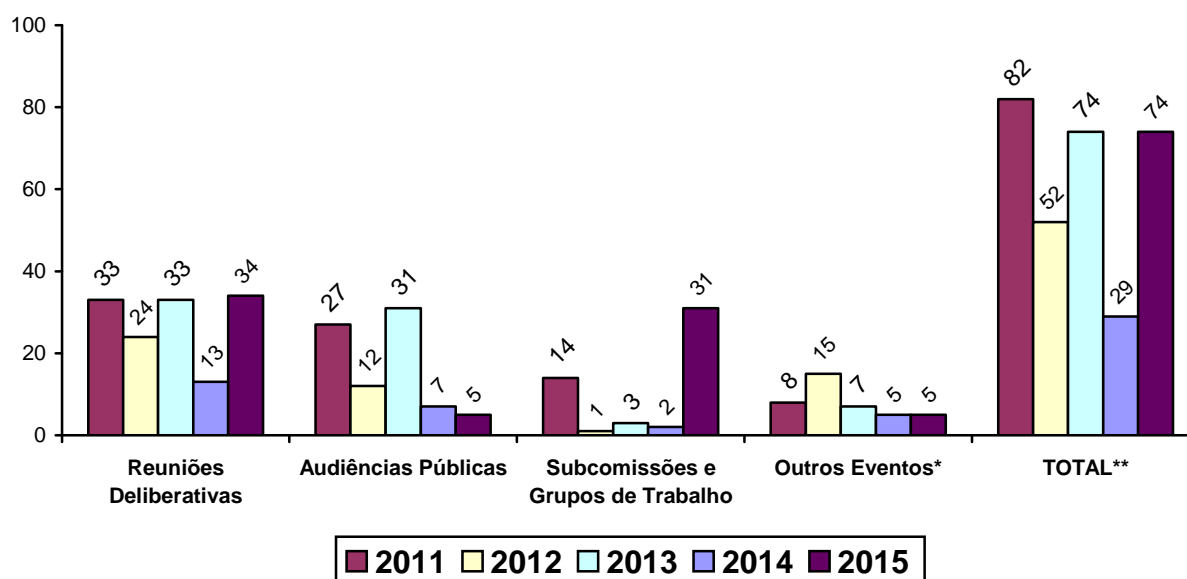
4.1. Requerimentos



4.2. Projetos



4.3. Eventos



* Somatório de reuniões de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidentes, seminários e visitas.

** Na totalização, as reuniões mistas (audiência + deliberativa) foram consideradas apenas uma vez.

A SOCIEDADE E A COMISSÃO

No ano de 2015, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado recebeu 30 (Trinta) manifestações, dentre *e-mails*, faxes e ofícios/cartas postadas, tanto de cidadãos quanto de associações, entidades de classe e do próprio Poder Público. A partir dessas manifestações, a Comissão prestou os esclarecimentos pertinentes aos remetentes. Os assuntos abordados encontram-se no quadro abaixo, salientando-se que algumas mensagens individuais abordaram mais de um tema.

TEMA	TOTAL
Estatuto da Criança e do Adolescente, redução da maioridade penal e aumento de pena para crimes que envolvem a participação de criança.	15
Estatuto do desarmamento, recadastramento, porte de armas e tráfico ilegal de armas e drogas.	10
Instituição da pena de morte.	2
Matérias sobre segurança pública interna e ação do crime organizado.	7
Órgãos institucionais de Segurança Pública e Carreira dos seus membros.	7
Reforma da Legislação Penal e Processual Penal.	15
Sistema penitenciário, segurança e telefonia móvel nos presídios.	10
Violência e Corrupção.	20
Outros assuntos.	10

7. SUBCOMISSÕES

Na sessão legislativa que se encerrou, constaram da CSPCCO três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais detalhadas a seguir:

PERMANENTES

- Subcomissão Permanente para Tratar do Combate ao Crime Organizado (*Requerimento nº 9/15, do Dep. Moroni Torgan – DEM/CE e outros, aprovado em 12/3/15*). A subcomissão foi instalada no dia 9/4/15, tendo como presidente o Dep. Moroni Torgan e relator geral o Dep. João Campos – PSDB/GO.

- Subcomissão Permanente para Discutir a Mortalidade e as Consequências dos Acidentes de Trânsito no Brasil. (*Requerimento nº 31/15 e outros, do Dep. Delegado Waldir – PSDB/GO, aprovado em 8/4/15*). A subcomissão não foi instalada.

- Subcomissão Permanente para Tratar do Controle de Armas, Munições e Explosivos. (*Requerimento nº 15/15, do Dep. Alexandre Leite – DEM/SP e outros, aprovado em 8/4/15*). A subcomissão não foi instalada.

ESPECIAIS

- Subcomissão Especial para Sistematização das Proposições Referentes à Segurança Pública (*Requerimento nº 2/15, do Dep. José Priante – PMDB/PA, aprovado em 12/3/15*). A subcomissão teve como presidente o Dep. Marcos Reategui – PSC/AP e foi instalada em 9/4/15, com vigência de 90 dias a contar da data de instalação.

- Subcomissão Especial para Analisar e Debater a Atuação da Polícia Federal no Combate ao Tráfico de Armas e Drogas nas Regiões de Fronteira no Brasil. (*Requerimento nº 29/15, do Dep. Aluisio Mendes – PMB/MA, aprovado em 8/4/15*). A subcomissão não foi instalada.

- Subcomissão Especial Destinada a Discutir, Elaborar e Acompanhar Políticas Públicas sobre Drogas (*Requerimento nº 45/15, do Dep. Osmar Terra –*

PMDB/RS, aprovado em 8/7/15). A subcomissão teve como presidente o Dep. Osmar Terra – PMDB/RS e relator geral o Dep. Delegado Waldir – PSDB/GO, foi instalada em 13/8/15.

7.1 Eventos da Subcomissão Permanente para Tratar do Combate ao Crime Organizado

7.1.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrante
1 4/8/2015	Debater políticas públicas de combate ao crime organizado.	Deputado Edson Moreira e outros (Req. nº 100/15)	- Marcelo Mattar Diniz, Promotor de Justiça e Secretário Executivo do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, do Estado de Minas Gerais. - Marcio Augusto Friggi de Carvalho, Promotor de Justiça e Secretário Executivo do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, do Estado de São Paulo.
2 13/8/2015	Debater políticas públicas de combate ao crime organizado.	Deputado Edson Moreira e outros (Req. nº 100/15)	- Leonir Batisti, Procurador de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, do estado do Paraná. - Cláudio Cardoso da Conceição, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, do Estado do Rio de Janeiro.
3 18/8/2015	Debater políticas públicas de combate ao crime organizado.	Deputado Edson Moreira e outros (Req. nº 100/15)	- Rodrigo Moraes Fernandes, Assessor de Integração das Inteligências do Sistema de Defesa Social, representante da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrante
4 25/8/2015	Debater políticas públicas de combate ao crime organizado.	Deputado Edson Moreira e outros (Req. nº 100/15)	- Roberto Mello Milaneze, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. - Fabio Galvão da Silva Rego, Subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
5 15/9/2015	Debater ações do Estado Brasileiro contra o narcotráfico.	Deputado Pastor Eurico (Req. nº 68/15)	- Cassius Valentim Baldelli, representando a Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. - Renan Barbosa Monteiro Soares, representando a Agência Brasileira de Inteligência.
6 22/9/2015	Debater ações do Estado Brasileiro contra o narcotráfico.	Deputado Pastor Eurico (Req. nº 68/15)	- Murilo José Perini da Silva Braga, Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal.
7 29/9/2015	Debater ações do Estado Brasileiro contra o narcotráfico.	Deputado Pastor Eurico (Req. nº 68/15)	- Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República.
8 20/10/2015	Debate sobre o tráfico de armas no Brasil.	Deputado Aluisio Mendes (Req. nº 83 e 84/15)	- Moisés Dionísio da Silva, representante do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. - Luiz Flávio Zampronha, Chefe da Divisão de Repressão aos Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas do Departamento de Polícia Federal.
9 27/10/2015	Debate sobre o tráfico de armas no Brasil.	Deputado Aluisio Mendes (Req. nº 86, 89, 92 e 95/15)	- Antonio Carlos Videira Superintendente de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul - SEJUSP/MS. - Pehkx Jones Gomes da Silveira, Subsecretário de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro.
10 3/11/2015	Debate sobre o tráfico de armas no Brasil.	Deputado Aluisio Mendes (Req. nº 87, 90, 93 e 96/15)	- Adriano Peralta Moraes, Delegado-Geral do Departamento de Polícia Judiciária Civil do Mato Grosso. - Jairo Amodio Estorillo, Delegado de Polícia, Corregedor Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná. - Rafael Willis Fernandez, Diretor da Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ.
11 10/11/2015	Debate sobre o tráfico de armas no Brasil.	Deputado Aluisio Mendes (Req. nº 88, 91, 94 e 97/15)	- Coronel Wilquerson Felizardo Sandes, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso - Coronel Antônio Jorge Goulart Matos, Coordenador de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Data	Tema	Autor do Requerimento	Palestrante
12 17/11/2015	Debater as ações do crime organizado frente às ameaças e cooptações dos membros da Administração Pública.	Deputado Major Olimpio (Req. nº 106/15) Deputado Lincoln Portela (Req. nº 108/15) Deputado Pastor Eurico (Req. nº 114/15)	- João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. - Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de São Paulo. - Rolando Alexandre de Souza, Delegado da Polícia Federal - Chefe do Serviço de Repressão a Desvios de Recursos Públicos. - Gerson D'agord Schaan, Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita Federal.
13 24/11/2015	Debater o trabalho realizado pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e a necessidade de adequação da legislação vigente.	Deputado Ronaldo Martins e outros (Req. nº 110/15)	- Luciano Jorge, Vice, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência – AOFI. - Carlos Terra Estrela, Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência – ASBIN.
14 15/12/2015	Debater o trabalho realizado pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e a necessidade de adequação da legislação vigente. Debater a Lei 9.614/98.	Deputado Ronaldo Martins e outros (Req. nº 110/15) Deputado Delegado Edson Moreira (Req. nº 116/15)	- Wilson Roberto Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. - Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar.

7.1.2 Outros Eventos – Visitas da Subcomissão Permanente de Combate ao Crime Organizado

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO/CORREGEDORIA DE POLÍCIA MILITAR/DELEGACIA DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA

Mediante aprovação do Requerimento nº 105/15, de autoria do Deputado Delegado Edson Moreira (PTN/MG), a Comissão realizou visita em missão oficial à Secretaria de Segurança Pública De São Paulo, à Corregedoria De Polícia Militar e à Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, no dia 4 de setembro de 2015. A visita foi fundamental para o cumprimento da função institucional de acompanhar e fiscalizar os programas e políticas governamentais de segurança pública.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL/POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mediante aprovação do Requerimento nº 105/15, de autoria do Deputado Delegado Edson Moreira (PTN/MG), a Comissão realizou visita em missão oficial à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, no dia 11 de setembro de 2015. A visita foi fundamental para o cumprimento da função institucional de acompanhar e fiscalizar os programas e políticas governamentais de segurança pública.

DELEGACIA REGIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE UBERLÂNCIA/MG

Mediante aprovação do Requerimento nº 105/15, de autoria do Deputado Delegado Edson Moreira (PTN/MG), a Comissão realizou visita em missão oficial à Delegacia Regional de Segurança Pública de Uberlândia/Minas Gerais, no dia 11 de setembro de 2015. A visita foi fundamental para o cumprimento da função institucional de acompanhar e fiscalizar os programas e políticas governamentais de segurança pública.

ANEXOS

➤ TABELAS

1. Proposições Apreciadas na Comissão

1.1. Proposições Apreciadas na Comissão - Apensadas

2. Outras Saídas

3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão - Apensadas

4. Requerimentos

➤ RESOLUÇÃO Nº 20/04

Tabela 1. Proposições Apreciadas na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
1.	PL 84/15	Pompeo de Mattos	Altera a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) para restringir os depósitos em contas bancárias relacionadas à remuneração e benefícios previdenciários inerentes à condição do presidiário.	Laudivio Carvalho	Pela aprovação, com emenda.	20/5/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 21/5/15.
2.	PL 177/15 PL 305/15	Edmilson Rodrigues	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar o Estado do Pará.	Simone Morgado	Pela aprovação, com substitutivo.	12/3/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 12/3/15.
3.	PL 191/15	Vicentinho	Altera a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	Alberto Fraga (Relator do Vencedor)	Parecer vencedor pela rejeição.	20/5/15 Aprovado o parecer vencedor, contra o voto do Deputado Silas Freire. Encaminhado à CCJC em 21/5/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
4.	PL 193/15	Major Olimpio Gomes	Regulamenta o § 7º do art. 144, que versa sobre organização e funcionamento dos órgãos integrantes do sistema de segurança pública reconhecendo a atividade como insalubre e de risco.	Subtenente Gonzaga	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com duas emendas.	20/5/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CTASP 21/5/15.
5.	PL 196/15	Capitão Augusto	Regula as ações de Polícia Administrativa exercida pelos Corpos de Bombeiros Militares dentro das suas atribuições de prevenção e extinção de incêndio, e perícias de incêndios e ações de defesa civil, de busca salvamento, de resgate e atendimento pré-hospitalar e de emergência; e pelas Polícias Militares no exercício da Polícia Ostensiva e Polícia de Preservação da Ordem Pública, e dá outras providências.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação, com substitutivo.	9/9/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CREDN em 10/9/15.
6.	PL 240/15	Luiz Couto	Dá nova redação as alíneas "b" e "i" do Artigo 4º e os parágrafos 2º e 3º e alíneas do artigo 6º da lei 4898 de 1965, que trata do abuso de autoridade e dá outras providências.	Major Olimpio	Pela rejeição.	13/5/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 14/5/15.
7.	PL 344/15	Capitão Augusto	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Laudivio Carvalho	Pela aprovação, com emenda.	13/5/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 14/5/15.
8.	PL 347/15	Rosangela Gomes	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	Moema Gramacho	Pela aprovação.	20/5/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CSSF em 21/5/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
9.	PL 518/15	Veneziano Vital do Rêgo	Altera a Lei nº 5.553, de 6 dezembro de 1968, para dispor sobre o procedimento para segurança de cópia de documento de identificação.	José Priante	Pela aprovação.	28/10/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 5/11/15.
10.	PL 629/15	Vitor Valim	Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.	José Priante	Parecer com complementação de voto pela aprovação com emenda.	4/11/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CCJC em 6/11/15.
11.	PL 744/15	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que trata dos crimes hediondos, e dá outras providências.	Shéridan	Pela aprovação.	4/11/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 6/11/15.
12.	PL 803/15	Alberto Fraga	Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal - criando a obrigatoriedade de uso de uniforme pelo preso.	Lincoln Portela	Pela aprovação, com substitutivo.	11/11/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 18/11/15.
13.	PL 1027/15	Efraim Filho	Altera redação de dispositivos do artigo 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.	Laudivio Carvalho	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com substitutivo.	9/9/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 10/9/15.
14.	PL 1137/15	Aluisio Mendes	Concede anistia aos servidores da Carreira Policial Federal que participaram de movimentos reivindicatórios realizados pela categoria nos anos de 2012, 2013 e 2014.	Eduardo Bolsonaro	Pela aprovação, com substitutivo.	28/10/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP 5/11/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
15.	PL 1351/15	Alberto Fraga	Institui o seguro de vida para policiais e bombeiros militares, policiais civis, policiais federais e policiais rodoviários federais.	Silas Freire	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com emendas.	11/11/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 1º/12/15.
16.	PL 1601/15	Hélio Leite	Determina que seja pontuado, para efeito do exame de títulos em concursos públicos voltados para cargos relacionados à área de segurança pública no âmbito da União, serviço militar obrigatório prestado nos termos do art. 143 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Alexandre Leite	Parecer com complementação de voto pela aprovação com emenda.	4/11/15 Aprovado o parecer com complementação de voto, contra o voto do Dep. Cabo Sabino. Encaminhado à CTASP em 18/11/15.
17.	PL 1656/15	Cabo Daciolo	Cria o Programa de Financiamento Habitacional para os Militares da Defesa Nacional e agentes de Segurança Pública	Ademir Camilo	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com substitutivo.	11/11/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 18/11/15.
18.	PL 2208/15	Daniel Vilela	Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para obrigar a entidade responsável pela organização do evento a instalar aparelhos de identificação biométrica e câmeras de vídeo nos locais onde são realizados os eventos desportivos de que trata esta Lei.	José Priante	Pela aprovação.	28/10/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CESPO em 5/11/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
19.	PL 3462/12 PL 3703/12 PL 8081/14 PL 7993/14 PL 7996/14	André Moura	Altera a Lei Federal nº 10.671 de 15 de maio de 2003 que "Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências".	Efraim Filho	Parecer com complementação de voto pela aprovação deste e dos PLs nºs 3.703/12, 7.993/14, 7.996/14 e 8.081/14, com substitutivo.	13/5/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CESPO em 14/5/15.
20.	PL 3781/08	Jair Bolsonaro	Acresce parágrafo único ao artigo 32 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	Major Olimpio	Pela aprovação, com substitutivo.	8/7/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 9/7/15 (Pareceres divergentes - ofício nº 62/15-Pres.).
21.	PL 4456/12	Senado Federal	Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.	Capitão Augusto	Parecer com complementação de voto pela aprovação deste, com adoção do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	13/5/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 14/5/15.
22.	PL 4716/12	Iracema Portella	Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar o serviço telefônico gratuito de emergência para o recebimento de denúncias de tráfico de drogas e para a prestação de informações acerca da prevenção do uso indevido de drogas.	Lincoln Portela	Pela aprovação.	4/11/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 6/11/15.
23.	PL 5369/09	Vieira da Cunha	Institui o Programa de Combate ao "Bullying".	Keiko Ota	Pela rejeição do substitutivo do Senado Federal.	12/8/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CE em 13/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
24.	PL 5964/13 PL 6198/13 PL 6277/13 PL 6307/13 PL 6347/13 PL6461/13 PL 6532/13 PL 6614/13 PL 7101/14 PL 7134/14 PL 7121/14 PL 7157/14 PL 7158/14 PL 7188/14 PL 8251/14 PL 876/15	Rogério Peninha Mendonça	Proíbe a utilização de objeto ou substância que dificulte a identificação do usuário em local público	Efraim Filho	Parecer com complementação de voto pela aprovação deste e dos PLs 6.198/2013, 6.277/2013, 6.307/2013, 6.347/2013, 7.134/2014, 7.157/2014, 7.158/2014, 8.251/2014 e 876/2015, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 6.461/2013, 6.532/2013, 6.614/2013, 7.101/2014, 7.121/2014 e 7.188/2014, apensados.	16/9/15 Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CCJC em 24/9/15.
25.	PL 6187/13	Senado Federal (Vital do Rêgo)	Estabelece normas gerais sobre os serviços de medicina legal.	Ronaldo Martins	Pela aprovação.	28/10/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 5/11/15.
26.	PL 6701/13	Fábio Reis	Altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que institui o "Código Penal" para aumentar a pena pelo crime praticado por diretor de penitenciária e/ou agente público que deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.	Laudivio Carvalho	Pela aprovação.	8/4/15 Aprovado o parecer, contra o voto do Dep. Jair Bolsonaro. Encaminhado à CCP em 8/4/15.
27.	PL 6990/13	Antonio Brito	Altera a Lei nº 7.210, de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal".	Aluisio Mendes (Relator do Vencedor)	Parecer vencedor pela rejeição.	12/8/15 Aprovado o parecer vencedor. Encaminhado à CCP em 18/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
28.	PL 7063/14 PL 1001/15	Rogério Peninha Mendonça	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.	Eduardo Bolsonaro	Pela aprovação deste e do PL 1.001/15, apensado, com substitutivo.	4/11/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 6/11/15.
29.	PL 7611/14	Gorete Pereira	Inclui parágrafo único ao art. 11 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, disciplinando a custódia de armas à disposição do júízo.	Lincoln Portela	Pela aprovação, com substitutivo.	13/5/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 14/5/15.
30.	PL 7645/14	Subtenente Gonzaga e Jorginho Mello	Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que extingue a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Lincoln Portela	Pela aprovação, com emendas.	12/3/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 13/3/15.
31.	PL 7737/14	Arnaldo Faria de Sá	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional.	Alexandre Leite	Pela aprovação.	15/7/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 15/7/15.
32.	PL 8078/14	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para transformar em cargos de nível superior os cargos da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.	Laerte Bessa	Pela aprovação, com adoção a emenda nº 2, aprovada na CTASP.	13/5/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 13/5/15.
33.	PL 8229/14	Rogério Peninha Mendonça	Institui o Dia Nacional da Legítima Defesa.	Alberto Fraga (Relator do parecer vencedor)	Parecer vencedor e a rejeição.	28/10/15 Aprovado o parecer vencedor, contra o voto do Deputado Eduardo Bolsonaro. Encaminhado à CCP em 5/11/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	RESULTADO
34.	PL 8239/14	João Campos	Altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que trata de isenção da identificação criminal do civilmente identificado.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação, com emenda.	28/10/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJC em 5/11/15.
35.	PLP 424/14	Félix Mendonça Júnior	Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL.	Pauderney Avelino	Pela aprovação.	15/4/15 Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 15/4/15.

Tabela 1.1. Proposições Apreciadas na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 305/15	Pauderney Avelino	Altera a Lei no 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso do Sul e do Acre.	Apensado ao PL 177/15.
2.	PL 876/15	Gilberto Nascimento	Regulamenta a realização de eventos, manifestações públicas, passeatas, comícios, shows e quaisquer outras atividades que provoquem aglomeração humana mediante prévio aviso e comunicação às autoridades que menciona, e à população.	Apensado ao PL 6.532/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
3.	PL 3703/12	Guilherme Campos	Acrescenta o art. 13-B na Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.	Apensado ao PL 3462/12.
4.	PL 6198/13	Jorge Tadeu Mudalen	Inclui o art. 40-A ao Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, que trata das Contravenções Penais para proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública.	Apensado ao PL 5.964/13.
5.	PL 6277/13	Jair Bolsonaro	Altera a redação do parágrafo único do art. 163, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal Brasileiro.	Apensado ao PL 6198/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
6.	PL 6307/13	Eduardo Cunha	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 6.277/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
7.	PL 6347/13	Carlos Sampaio	Acrescenta o § 2º ao art. 163, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.	Apensado ao PL 6.277/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
8.	PL 6461/13	Junji Abe	Torna contravenção penal o participar de manifestações públicas com máscaras, capuzes ou similares.	Apensado ao PL 6.198/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
9.	PL 6532/13	Eliene Lima	Esta Lei dispõe sobre o exercício do direito à realização de reuniões públicas.	Apensado ao PL 5.964/13.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
10.	PL 6614/13	Costa Ferreira	Esta lei proíbe a utilização de máscaras, capacete de motociclista ou cobertura que impeça identificação da pessoa durante manifestações públicas.	Apensado ao PL 6.461/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
11.	PL 7101/14	Sandro Mabel	Altera o art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir no crime de Perigo para a vida ou saúde de outrem a conduta de transportar, trazer consigo, ou fazer uso de fogos de artifício classificados nas classes C e D do Decreto-lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, em manifestações e protestos públicos ou eventos assemelhados	Apensado ao PL 6.198/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
12.	PL 7121/14	Heuler Cruvinel	Dispõe sobre a tipificação criminal do delito de desordem em local público; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.964/13.
13.	PL 7134/14	Edinho Bez	Regulamenta o art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, ao dispor sobre o exercício do direito à livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato, e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.964/13.
14.	PL 7157/14	Onyx Lorenzoni	Dispõe sobre a proibição, em reuniões públicas de caráter reivindicatório ou de manifestação de pensamento, do uso de máscaras ou similares que impeçam ou dificultem a identificação de seu usuário, e dá outras providências.	Apensado ao PL 5964/13.
15.	PL 7158/14	Inocência Oliveira	Trata do direito de reunião, disposto no inciso XVI do artigo 5º da Constituição Federal.	Apensado ao PL 5.964/13.
16.	PL 7188/14	Junji Abe	Dispõe a regulamentação das manifestações e protestos populares, com a punição de quem usar de violência ou cometer atos de vandalismo.	Apensado ao PL 6.532/13, que está apensado ao PL 5.964/13.
17.	PL 7993/14	Duarte Nogueira	Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, para dispor sobre medidas de controle de acesso aos setores destinados às torcidas organizadas.	Apensado ao PL 3.703/12, que está apensado ao PL 3.462/12.
18.	PL 7996/14	Ademir Camilo	Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, para dispor sobre o acesso às áreas destinadas às torcidas organizadas nos estádios.	Apensado ao PL 3.703/12, que está apensado ao PL 3.462/12.
19.	PL 8081/14	César Halum	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para incluir a identificação biométrica como condição de acesso aos eventos esportivos.	Apensado ao PL 3.703/12, que está apensado ao PL 3.462/12
20.	PL 8251/14	Laercio Oliveira	Altera o art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir no crime de Perigo para a vida ou saúde de outrem a conduta de transportar, trazer consigo, ou fazer uso de fogos de artifício classificados nas classes C e D do Decreto-lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, em manifestações e protestos públicos ou eventos assemelhados.	Apensado ao PL 7.101/14, que está apensado ao PL 6.198/13, que está apensado ao PL 5.964/13.

Tabela 2. Outras Saídas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
1.	PDC 916/13	Jair Bolsonaro	Ficam sustados os efeitos do inteiro teor do Decreto Federal nº 6.817, de 7 de abril de 2009 e da Seção III, da Portaria IBAMA nº 11, de 10 de junho de 2009, que versa sobre "porte, uso e emprego de armamentos" por servidores do Órgão.	26/6/15 Recebido Memo nº 145/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2149/2015.	Encaminhado à CCP em 26/6/15.
2.	PFC 110/13	Delegado Protógenes	Propõe à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado que realize ato de Fiscalização e Controle da Polícia Federal na Gestão que iniciou no ano de 2007 até o ano atual.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
3.	PFC 144/13	George Hilton	Propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize ato de fiscalização e controle para acompanhar no âmbito do Poder Executivo a implementação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
4.	PFC 165/14	Mendonça Filho	Propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalize as operações, negociações e contratos assinados entre a Petrobras e a empresa SBM Offshore, envolvendo possíveis práticas de suborno.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
5.	PFC 166/14	Fernando Francischini	Propõe que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desta Casa realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Polícia Federal, ato de fiscalização e controle visando apurar a possível malversação de dinheiro público e eventuais delitos cometidos pelos integrantes do Conselho de Administração da Petrobras e outros, por ocasião da compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, no ano de 2006.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
6.	PL 101/15	Alceu Moreira	Altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para excluir a exigência de autorização judicial e da presença do Ministério Público, para a realização da incineração das drogas apreendidas pela polícia judiciária.	2/7/15 Recebido o Mem. nº 157/15 – COMPER, solicitando a devolução do projeto devido ao deferimento do Requerimento nº 2.295, nos termos do artigo 104 combinado com o artigo 114, VII, ambos do RICD, pela retirada da proposição.	Encaminhado à CCP em 7/7/15.
7.	PL 246/15 PL 355/15 PL 856/15	Pompeo de Mattos	Disciplina a declaração da perda da propriedade ou posse adquiridas por atividade ilícita, regulamenta a Ação Civil Pública de Extinção de Domínio para tal fim, e dá outras providências.	28/4/15 Recebido Memo nº 54/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 1.067/2015.	Encaminhado à CCP em 28/4/15.
8.	PL 298/15	Eduardo Bolsonaro	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer limitações e critérios objetivos para a análise de pedidos de autorização para a aquisição e o porte de arma de fogo.	Apensado ao PL 5.604/09, que está apensado ao PL 5.041/05, que está apensado ao PL 3.941/04.	

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
9.	PL 355/15	Major Olimpio	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.	Apensado ao PL 246/15.	
10.	PL 439/15	Capitão Fábio Abreu	Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para tornar obrigatória a inclusão de circuito eletrônico integrado com dados de identificação nas armas de fogo e localizador GPS.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
11.	PL 440/15	Capitão Fábio Abreu	Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para estabelecer um prazo máximo de armazenamento das armas de fogo e armas brancas apreendidas e dá outras providências.	Apensado ao PL 7.170/10, que está apensado ao PL 3.941/04.	
12.	PL 506/15	Major Olímpio	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 7.283/14, que está apensado ao PL 3.941/04.	
13.	PL 584/15	Felipe Bornier	Dá nova redação ao art. 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para promover a segurança e coibir as infrações penais como sequestro, roubo, contrabando e descaminho, entre outros crimes.	4/11/15 Recebido Memo nº 357/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 3.315/2015.	Encaminhado à CCP em 9/11/15.
14.	PL 633/15	Alberto Fraga	Altera a lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003, concedendo o porte de armas de fogo aos Oficiais de Justiça, aos fiscais do IBAMA e fiscais do Trabalho.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
15.	PL 693/15	João Campos	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências", para permitir o porte de arma de fogo pelos integrantes dos órgãos policiais das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
16.	PL 771/15	João Rodrigues	Acrescenta o § 5º ao art. 5º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento - para considerar como local de trabalho o veículo automotor conduzido por taxista ou caminhoneiro no exercício da função.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
17.	PL 805/15	Alberto Fraga	Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
18.	PL 856/15	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública de extinção do direito de posse ou de propriedade proveniente de atividade criminosa, improbidade administrativa ou enriquecimento ilícito.	Apensado ao PL 246/15.	
19.	PL 1009/15	Alberto Fraga	Altera o artigo 6º, da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
20.	PL 1010/07	Moreira Mendes	Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento). Explicação: Estabelece a competência da Polícia Civil para expedir Certificado de Registro de Arma de Fogo e autorização para o porte de arma estadual; autoriza trabalhadores e pesquisadores a portar arma de fogo para prover a própria integridade física; torna afiançável o crime de porte ilegal de arma quando se tratar de espingardas e rifles.	Apensado ao PL 3.941/04.	
21.	PL 1078/11	Delegado Protógenes	Altera a Lei nº 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
22.	PL 1102/15	Alberto Fraga	Altera o art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SIRNAM, define crimes e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
23.	PL 1103/11 PL 1809/15	Adail Carneiro	Da nova redação ao inciso III e revoga o inciso IV, ambos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma para os integrantes de todas as guardas municipais.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
24.	PL 1206/15	João Rodrigues	Altera o art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para incluir os agentes de segurança privada e os representantes comerciais no rol dos profissionais autorizados a portar arma de fogo.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
25.	PL 1257/15 PL 2367/15	Alberto Fraga	Altera o art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SIRNAM, define crimes e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
26.	PL 1263/15	Alberto Fraga	Altera o art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SIRNAM, define crimes e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
27.	PL 1391/15	Alberto Fraga	Altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentando o porte de arma de fogo nos meios de transporte coletivo público e privado.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
28.	PL 1401/15	Exedito Netto	Acrescenta os §§ 1º-D e 1º-E ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento - para proibir determinadas categorias profissionais a portar arma de fogo em locais de grande aglomeração quando fora de serviço.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
29.	PL 1404/11	Senado Federal	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.	16/4/15 Aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados	Encaminhado à CCP em 16/4/15.
30.	PL 1478/11 PL 5117/13	José Augusto Maia	Modifica a redação da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, estabelecendo condições para o recebimento do FNSP pelos Municípios.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
31.	PL 1493/15	Cabo Sabino	Proíbe que entidades de tiro desportivo, estandes, escolas ou clubes de tiro admitam, em suas dependências, pessoa que tenha sido condenada, que responda a inquérito policial ou a processo criminal pela prática de crime contra a vida.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
32.	PL 1507/15	Dâmina Pereira	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	22/6/15 Recebido Memo nº 133/2015 – COPER, solicitando a devolução do projeto por ter sido deferido o Req. nº 2080/2015, da autora, que solicitava a retirada da proposição.	Encaminhado à CCP em 23/6/15.
33.	PL 1585/11 PL 2945/11	Padre Ton	Dá nova redação as alíneas "b" e "i" do art. 4º e os parágrafos 2º e 3º e alíneas do art. 6º da Lei nº 4.898, de 1965, que trata do abuso de autoridade e dá outras providências.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
34.	PL 1745/15	Fabio Reis	Altera a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a destinação, em proveito da Polícia Rodoviária Federal, de receita decorrente de apreensão, remoção e/ou guarda de veículos e animais realizadas em rodovias federais.	4/11/15 Recebido Memo nº 357/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 3.315/2015.	Encaminhado à CCP em 9/11/15.
35.	PL 1809/15	Leopoldo Meyer	Altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, disciplinando o porte de arma de fogo para as guardas municipais.	Apensado ao PL 1.103/15.	
36.	PL 2438/15	CPI JOVEM	Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, estabelece a sua avaliação e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 213/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.565/2015.	Encaminhado à CCP em 11/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
37.	PL 2359/11	Reinaldo Azambuja	Acrescenta o art. 57-A, incisos e parágrafos; art. 57-B e art. 255-A a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, proibindo o uso de capacetes, ou equipamentos que dificultem a identificação, pelo condutor e pelo passageiro de motocicletas nas situações que especifica.	Apensado ao PL 5.251/09.	
38.	PL 2367/15	José Airton Cirilo	Dá nova redação ao inciso X do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de armas aos Auditores Fiscais e Analistas Tributários das Receitas Estaduais.	Apensado ao PL 1.257/15.	
39.	PL 2773/11	Eliseu Padilha	Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
40.	PL 2833/15	Wilson Filho	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para vedar a exposição vexatória do preso antes de analisada a legalidade da prisão.	19/10/15 Recebido Memorando nº. 329/15 - COPER, solicitando a devolução deste Projeto por ter sido deferido do Req. Nº. 3239/15.	Encaminhado à CCP em 20/10/15.
41.	PL 2938/11	CEDROGA	Institui a Semana Nacional de Prevenção e Enfrentamento às Drogas.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
42.	PL 2945/11	Domingos Dutra	Acresce alínea ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.	Apensado ao PL 1.585/11.	
43.	PL 3380/12	Edson Pimenta	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 7.170/10, que está apensado ao PL 3.941/04.	
44.	PL 3460/15	Fabricio Oliveira	Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para que os estabelecimentos financeiros sejam obrigados a oferecer a seus clientes uma senha alternativa de segurança - chamada "senha do pânico" - para ser utilizada em caso de sequestro relâmpago ou outro tipo de delito.	27/11/15 Recebido Memo nº 398/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 3526/2015.	Encaminhado à CCP em 27/11/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
45.	PL 3488/12	Manuela D'ávila	Altera a redação do art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
46.	PL 3801/12	Bruna Furlan	Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, tipificando a infração de interferência em operação policial.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
47.	PL 3941/04 PL 1010/07 PL 5041/05 PL 5604/09 PL 7170/10 PL 3380/12 PL 5301/13 PL 6660/13 PL 7283/14 PL 7301/14 PL 298/15 PL 440/15 PL 506/15	Nelson Bornier	Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
48.	PL 4444/12 PL 7302/14 PL 7626/14 PL 8296/14	Edio Lopes	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para regular a renovação do registro e do porte de armas de fogo.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
49.	PL 4604/12	Major Fábio	Esta Lei torna obrigatória a existência de equipe multidisciplinar nas delegacias especializadas no enfrentamento às drogas.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
50.	PL 4747/12	Eliseu Padilha	Altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para excluir a exigência de autorização judicial e da presença do Ministério Público, para a realização da incineração das drogas apreendidas pela polícia judiciária.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
51.	PL 4852/12	Eduardo da Fonte	Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas sintéticas.	22/10/15 Aprovado no plenário da CD.	Encaminhado à CCP em 27/10/15.
52.	PL 4912/09	Nelson Bornier	Proíbe a comercialização de bebida ou outro produto em recipiente de vidro, nas boates e casas noturnas e dá outras providências.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
53.	PL 5041/05	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.941/04.	
54.	PL 5117/13	Iriny Lopes	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.	Apensado ao PL 1.478/11.	
55.	PL 5251/09 PL 2359/11	Aline Corrêa	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, proibindo que motociclistas e outras pessoas, apeados de motocicleta, circulem com o capacete na cabeça.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
56.	PL 5301/13	Andreia Zito	Altera o art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.941/04.	

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
57.	PL 5343/13	Flávia Morais	Altera a redação do § 3º do art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a inserção de um chip de identificação em todas as armas de fogo comercializadas no Brasil.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
58.	PL 5412/13	Rosane Ferreira	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de divulgação pública de imagens de vídeos de segurança.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
59.	PL 5604/09	Paes de Lira	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.	Apensado ao PL 5.041/05, que está apensado ao PL 3.941/04	
60.	PL 6162/05	Jair Bolsonaro	Altera a redação do art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
61.	PL 6264/13	Carlos Souza	Dispõe sobre as armas permitidas para uso das atividades de policiamento.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
62.	PL 6601/09 PL 7361/10 PL 7960/14	Alex Canziani	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento. Explicação da ementa: Dispõe sobre registro para posse de arma de fogo.	11/8/15 Recebido Memo nº 215/15-COPER, pedindo a devolução deste projeto, tendo em vista haver sido deferido o Req. nº 2.449/2015.	Encaminhado à CCP em 12/8/15.
63.	PL 6634/13	William Dib	Altera o Decreto-lei 667, de 2 de julho de 1969, nos termos do art. 22, XXI, e art. 144, § 5º da Constituição Federal.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
64.	PL 6660/13	César Halum	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para especificar regras para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 7.170/10, que está apensado ao PL 3.941/04.	

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
65.	PL 7035/14	Rogério Carvalho	Estabelece normas gerais sobre Segurança Escolar.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
66.	PL 7048/14	Rosinha de Adefal	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
67.	PL 7170/10	Nelson Goetten	Altera o art. 25 da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, para especificar os procedimentos para o aproveitamento das armas de fogo, acessórios e munição apreendidos.	Apensado ao PL 3.941/04.	
68.	PL 7283/14	Onyx Lorenzoni	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.941/04.	
69.	PL 7301/14	Onyx Lorenzoni	Altera a redação da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição; em relação aos requisitos necessários para aquisição, registro e porte de armas de fogo de uso permitido.	Apensado ao PL 5.604/09, que está apensado ao PL 3.941/04.	
70.	PL 7302/14	Onyx Lorenzoni	Altera a redação da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição; estabelecendo a validade por prazo indeterminado do registro de arma de fogo de uso permitido.	Apensado ao PL 4.444/12.	
71.	PL 7361/10	Pompeo de Mattos	Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, permitindo a reabertura de prazos para recadastramento de armas de fogo e dá outras providências.	Apensado ao PL 6.601/09.	
72.	PL 7374/14	Gonzaga Patriota	Dispõe sobre mecanismos para auxiliar o atendimento e garantir o tratamento de crianças especiais portadoras de doenças de Erro Inato do Metabolismo - EIM e dá outras providências.	13/3/15 Deferido Req. nº 871/15 que exclui a CSPCCO.	Encaminhado à CCP em 18/3/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
73.	PL 7505/14	Andreia Zito	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de próteses metálicas por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
74.	PL 7626/14	Perpétua Almeida	Altera a redação do §2º do art. 5º da lei nº 10.826/2003 que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 7.302/14, que está apensado ao PL 4.444/12	
75.	PL 7734/14	Sandra Rosado	Acrescenta o inciso IX ao art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para dispor sobre o rompimento de lacre aduaneiro como meio de obtenção de prova no processo penal.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
76.	PL 7934/10	Fátima Pelaes	Torna obrigatória a realização de cursos de reutilização e reciclagem do papelão descartado por supermercados e distribuidoras varejistas, a egressos do sistema prisional e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
77.	PL 7960/14	Félix Mendonça Júnior	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências".	Apensado ao PL 6.601/09	
78.	PL 7962/14	William Dib	Altera a Lei nº 12850, de 2 de agosto de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.	31/1/15 Arquivado nos termos do art. 105 RI.	Encaminhado à CCP em 26/8/15.
79.	PL 8122/14	Pedro Paulo	Acrescenta dispositivos na lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletarem os dados fora dos critérios estabelecidos em lei.	29/4/15 Aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados	Encaminhado à CCP em 29/4/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO	SAÍDA DA COMISSÃO
80.	PL 8296/14	Dr. Ubiali	Altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento.	Apensado ao PL 7.302/14, que está apensado ao PL 4.444/12	
81.	PLP 13/15	Rosângela Gomes	Altera a redação do art. 3.º da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.	16/4/15 Aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados.	Encaminhado à CCP em 16/4/15.

Tabela 3. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
1.	PDC 86/15	CREDN	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública, assinado em Montevideú, em 30 de maio de 2011.	Adelmo Carneiro Leão	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
2.	PDC 154/15	CREDN	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de Maio de 2009.	Caetano	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
3.	PDC 188/15	CREDN	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em El Salvador, em 29 de maio de 2008.			Aguardando designação de relator.
4.	PFC 9/11	Perpétua Almeida	Proposta de Fiscalização e Controle das políticas públicas sobre o crack.	Osmar Terra	Pela implementação.	Aguardando implementação.
5.	PFC 23/15	Cabo Daciolo	Propõe que a CSPCCO realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, auditoria de natureza operacional sobre os procedimentos de segurança adotados pelas usinas nucleares instaladas em território brasileiro.			Aguardando designação de relator.
6.	PFC 24/15	José Priante	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize a Fiscalização e Controle das contas públicas da prefeitura de Parauapebas/PA.			Aguardando designação de relator.
7.	PFC 25/11	Perpétua Almeida	Requer que a CSPCCO realize a fiscalização e controle do Programa Antiterrorista no Brasil.	Lincoln Portela	Pela implementação.	Aguardando implementação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
8.	PL 42/15	Sérgio Vidigal	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.			Aguardando designação de relator.
9.	PL 342/15	Rômulo Gouveia	Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança em locais de reunião de público.			Aguardando designação de relator.
10.	PL 374/15	Laudivio Carvalho	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, com o objetivo de ampliar os mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis, e dá outras providências.	Rogério Peninha Mendonça	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
11.	PL 382/15 PL 826/15 PL 861/15	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre o perdimento em favor da União, de recursos ilegalmente depositados em instituições financeiras no exterior, e dá outras providências.	Capitão Augusto	Pela aprovação deste, das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas na CSPCCO e do PL 826/15, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 861/15, apensado.	Aguardando deliberação.
12.	PL 393/15	Lelo Coimbra	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.			Aguardando designação de relator.
13.	PL 469/15 PL 2874/15	Laerte Bessa	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para conferir tratamento mais rígido a crimes graves e dá outras providências.	Major Olimpio	Pela aprovação deste e pela rejeição do apensado, com emendas.	Aguardando deliberação.
14.	PL 482/15	Capitão Augusto	Altera o Decreto-Lei nº 667/69, que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
15.	PL 484/15	Carlos Manato	Proíbe a fabricação e comercialização de banana de dinamite e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, para determinar a identificação de explosivos fabricados ou comercializados no país.			Aguardando designação de relator.
16.	PL 494/15	Capitão Augusto	Altera o Decreto-Lei nº 667/69, que Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Major Olímpio		Aguardando parecer.
17.	PL 507/15	Major Olimpio	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Capitão Augusto		Aguardando parecer.
18.	PL 574/15 PL 1408/15	Capitão Fábio Abreu	Altera os artigos 33, 77, 78 e 83 do Código Penal e o artigo 29 da Lei de Execução Penal para estabelecer a reparação do dano causado pela infração como condição à progressão de regime do cumprimento da pena, à suspensão condicional da pena e ao livramento condicional e para estabelecer a destinação de, no mínimo, cem por cento da remuneração decorrente do trabalho do preso à reparação do dano causado pela infração.	Major Olimpio		Aguardando parecer.
19.	PL 583/15	Major Olimpio	Altera o art. 6º, do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Alberto Fraga	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
20.	PL 611/15	Rômulo Gouveia	Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, dispondo sobre o comparecimento de custodiados às audiências.	Delegado Éder Mauro	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
21.	PL 704/15	Ronaldo Benedet	Inclui dispositivos na Lei nº 8.906, 04 de julho de 1994, e dá outras providencias.	Alberto Fraga	Pela aprovação, com emendas.	Aguardando deliberação.
22.	PL 713/15	Alberto Fraga	Acrescenta o Parágrafo único ao art. 25 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal.	Major Olimpio		Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
23.	PL 716/15	Alberto Fraga	Institui o estágio de estudantes de direito nas Polícias Civil e Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	Major Olimpio	Pela aprovação.	Aguardando parecer.
24.	PL 735/11	Otavio Leite	Considera de Especial interesse para o País, a prática regular de atividades físicas e desportivas por Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais, Policiais Ferroviários Federais, Policiais Civis, Policiais Militares, e Bombeiros Militares, e determina sua incorporação nas rotinas dessas corporações.	Alexandre Leite	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando parecer.
25.	PL 745/15	Alberto Fraga	Dispõe sobre promoções de servidores militares (Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar do Distrito Federal), oriundos do Antigo Distrito Federal.	Major Olimpio	Pela aprovação.	Aguardando parecer.
26.	PL 768/15 PL 858/15 PL 2922/15 PL 3167/15 PL 3214/15	Carlos Henrique Gaguim	Inclui um inciso VI ao caput e altera a redação dos parágrafos 7º e 8º, todos do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que "institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências", para prever a alocação de recursos destinados à construção de unidades habitacionais para policiais e bombeiros militares, nas condições que especifica.	Major Olímpio		Aguardando designação de relator.
27.	PL 798/15 PL 1815/15	Alberto Fraga	Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Major Olimpio		Aguardando parecer.
28.	PL 836/15	Pauderney Avelino	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "Concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal, punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Acre e do Amazonas.	Alberto Fraga		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
29.	PL 854/15	Conceição Sampaio	Torna obrigatória a manutenção de ao menos 1 (um) exemplar da Lei Maria da Penha em escolas e bibliotecas públicas, unidades de saúde e delegacias de polícia.			Aguardando designação de relator.
30.	PL 857/15	Capitão Augusto	Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências.	Major Olímpio		Aguardando parecer.
31.	PL 924/15	Dâmina Pereira	Obriga a instalação de detectores de metais na portaria de estádios e ginásios.			Aguardando designação de relator.
32.	PL 997/15	Giacobo	Altera a Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, o Decreto-Lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e o Decreto-Lei 3.689 de 03 de outubro de 1941 - Código de processo penal e dá outras providências.	Laerte Bessa	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
33.	PL 1072/15	Cleber Verde	Excluir a parte final do art. 44, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
34.	PL 1183/15	João Campos	Altera a redação do inciso I do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para possibilitar que as polícias legislativas estaduais possam ser contempladas com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
35.	PL 1259/15 PL 3265/15	Alberto Fraga	Altera os arts. 67, 70, 78 e 123 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 7.479, de 02 junho de 1986; acrescenta o art. 69-A a este e altera o art. 29 da Lei de Promoção dos Oficiais da CBMDF, de que trata a Lei 6.302, de dezembro de 1975.	Aluisio Mendes	Pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
36.	PL 1262/15	Alberto Fraga	Revoga o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.613, de 3 de março 1998, que trata sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiros para os ilícitos previstos nesta lei; cria o conselho de controle de atividades financeiras - COAF.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
37.	PL 1277/15 PL 2117/15	Luciano Ducci	Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para caracterizar como atos de improbidade administrativa as condutas que menciona.			Aguardando designação de relator.
38.	PL 1333/15	Rodrigo de Castro	Dispõe sobre a transparência das informações criminais			Aguardando designação de relator.
39.	PL 1354/15	Delegado Edson Moreira	Acrescenta Parágrafo Único ao artigo 42 da Lei 7.209, de 1984, parte geral do Código Penal que trata da extinção de benefícios destinados aos presos que durante benefícios temporários empreenderem fuga, cometem crimes ou promoverem rebeliões dentro das unidades prisionais, comunicando-se aos artigos respectivos na Lei nº 7.210, de 1984, Lei de Execução Penal.	Silas Freire	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
40.	PL 1359/11 PL 2924/11	Iracema Portella	Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, definindo critérios para as diretrizes para doação ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e utilização dos recursos.	Capitão Augusto		Aguardando parecer.
41.	PL 1388/15	Rômulo Gouveia	Torna obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência vítima de infrações penais em Registros de Ocorrências.			Aguardando designação de relator.
42.	PL 1484/15	Delegado Edson Moreira	Altera o inciso V do Artigo 581 do Decreto Lei 3689/1941 e acrescenta ao artigo 6º o inciso X que trata do Recurso em Sentido Estrito do Código de Processo Penal Brasileiro.			Aguardando designação de relator.
43.	PL 1506/15	Ezequiel Fonseca	Institui o Dia Nacional da Ressocialização no Sistema Penitenciário Brasileiro; atribui benefícios às iniciativas de inclusão social quando considerado o regime aberto ou semiaberto, e dá outras providências.	Silas Freire	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
44.	PL 1530/15	Efraim Filho	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
45.	PL 1576/15	Fábio Sousa	Inserir fonte de recursos para o Fundo Nacional Antidrogas, na forma que determina.	Fernando Francischini		Aguardando parecer.
46.	PL 1587/15	Major Olimpio	Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, revogando dispositivos que dispõem sobre torcida organizada, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
47.	PL 1627/15	Alberto Fraga	Altera a Lei n.º 10.486 de 04 de julho de 2002.			Aguardando designação de relator.
48.	PL 1671/15	Shéridan	Institui a realização de campanhas publicitárias no Rádio e na Televisão para combater o assédio moral (bullying) e o assédio moral virtual (cyberbullying) e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
49.	PL 1723/15	Major Olimpio	Altera o art. 157, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, incluindo como causa de aumento de pena o emprego de arma ou de objeto perfurante, cortante, contundente, perfurocortante, perfurocontundente, no crime de roubo, e dá outras providências.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
50.	PL 1903/11	João Campos	Acrescenta incisos e altera a redação do caput do art. 322, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, possibilitando à autoridade policial conceder fiança aos autores de crimes punidos com detenção, independente do máximo da pena cominada à infração.	Pastor Eurico		Aguardando parecer.
51.	PL 1993/15	Mariana Carvalho	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de próteses metálicas por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
52.	PL 2016/15 (Substitutivo do Senado Federal)	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre organizações terroristas.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
53.	PL 2020/07 (Emendas do Senado Federal)	Elcione Barbalho	Dispõe sobre normas gerais de segurança em casas de espetáculos e similares.	José Priante	Pela aprovação das Emendas do Senado Federal nºs 1, 3 e 4, e pela aprovação parcial da Emenda nº 2 para suprimir o parágrafo único do art. 6º e alterar o caput do mesmo artigo.	Aguardando deliberação.
54.	PL 2026/15	Rodrigo de Castro	Institui o Plano Nacional de Redução de Homicídios e dá providências correlatas.			Aguardando designação de relator.
55.	PL 2106/15	Capitão Augusto	Acrescenta parágrafo único ao art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais e bombeiros militares a carga horária de 120 horas mensais, bem como a remuneração em dobro dos feriados trabalhados nos casos que especifica, e da outras providências.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação, com adoção da emenda da CTASP.	Aguardando deliberação.
56.	PL 2252/15	Roberto Alves	Dispõe sobre a cassação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de estabelecimentos e empresas envolvidas com o tráfico de pessoas e com a exploração sexual.	Ronaldo Martins		Aguardando parecer.
57.	PL 2302/15	Cabo Sabino	Altera o artigo 18 da Lei 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para garantir que os guardas municipais, assim como os demais agentes de segurança pública, serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, na forma que indica.	Capitão Augusto		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
58.	PL 2416/15	Hildo Rocha	Dispõe sobre norma geral da gravação em vídeo das ações policiais.	Laudívio Carvalho	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação
59.	PL 2441/15	CPI JOVEM	Aperfeiçoa o controle externo da Polícia pelo Ministério Público, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1940, Código de Processo Penal.	Subtenente Gonzaga		Aguardando parecer.
60.	PL 2442/15	CPI JOVEM	Institui a “Semana Nacional de Enfrentamento aos Homicídios de Jovens” e o dia 26 de julho como a data nacional de enfrentamento aos homicídios.	Laura Carneiro	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
61.	PL 2514/15 PL 8040/14	Senado Federal	Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências.	Laura Carneiro		Aguardando parecer.
62.	PL 2598/15	Silas Brasileiro	Regula a execução de bloqueio viário policial.			Aguardando designação de relator.
63.	PL 2617/15 PL 2926/15	Manoel Júnior	Dispõe sobre anistia tributária, cambial e criminal aos bens mantidos no exterior por pessoas físicas residentes no país, não previamente informados às autoridades brasileiras na forma da legislação aplicável, que venham a ser informados na forma e no prazo desta lei, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
64.	PL 2658/11 PL 7147/14 PL 2372/15	Lindomar Garçon	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos de comunicação social fornecerem coletes à prova de bala, com as especificações técnicas descritas, para os seus funcionários que façam cobertura jornalística de operações policiais.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
65.	PL 2675/15	Silas Brasileiro	Altera o inciso II do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 para destinar parte das mercadorias apreendidas no combate ao contrabando e ao descaminho para a Polícia Federal.			Aguardando designação de relator.
66.	PL 2684/15	CPICARCE	Dispõe sobre o prazo para o julgamento de requerimento ou incidente referente a benefícios de execução penal.	Subtenente Gonzaga	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
67.	PL 2685/15	CPICARCE	Dispõe sobre o interrogatório por videoconferência.			Aguardando designação de relator.
68.	PL 2687/15	CPICARCE	Estabelece que as instalações da penitenciária devem contar com equipamento eletrônico de captação de sinais ópticos e acústicos.			Aguardando designação de relator.
69.	PL 2694/15	CPICARGE	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
70.	PL 2696/15	CPICARCE	Institui o Centro de Monitoramento e Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas.			Aguardando designação de relator.
71.	PL 2755/15	Heráclito Fortes	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, que dispõe acerca da realização de colaboração premiada fornecida por investigados e acusados em ações penais.	José Priante		Aguardando parecer.
72.	PL 2762/15	Marcelo Belinati	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para alterar a forma de se colher o testemunho dos agentes públicos de segurança nos processos judiciais.			Aguardando designação de relator.
73.	PL 2769/15	Wadih Damous	Revoga o artigo 331 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), art. 299 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar) e a Lei 7.170, de 14 de setembro de 1983, que "Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências;".			Aguardando designação de relator.
74.	PL 2791/15	Fernando Francischini	Unifica os registros e promove a integração dos órgãos policiais para lavratura de boletim de ocorrência nos crimes de menor potencial ofensivo.	Major Olimpio		Aguardando parecer.
75.	PL 2825/15	Alberto Fraga	Determina a parada obrigatória dos veículos de aluguel (táxis) nos postos policiais.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
76.	PL 2835/15	Wilson Filho	Altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, para autorizar a autoridade policial a representar pela cessação de crime de discriminação praticados por meios de transmissão em massa.			Aguardando designação de relator.
77.	PL 2838/15	Rômulo Gouveia	Altera a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, criando o Dossiê da Pessoa Idosa.			Aguardando designação de relator.
78.	PL 2887/15 PL 3005/15	Manoel Junior	Dispõe sobre a defesa técnica dos policiais envolvidos em processos criminais de homicídios cometidos em serviço.	José Priante		Aguardando parecer.
79.	PL 3116/15	Indio da Costa	Altera a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, para estabelecer regras mínimas para o registro de infrações penais e administrativas pelos órgãos de segurança pública no território nacional.			Aguardando designação de relator.
80.	PL 3159/15	Vinicius Carvalho	Acrescenta §3.º ao art. 75 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.			Aguardando designação de relator.
81.	PL 3181/15	Alberto Fraga	Institui o código de ética da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do Art. 21, XIV da Constituição Federal			Aguardando designação de relator.
82.	PL 3184/15	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.			Aguardando designação de relator.
83.	PL 3201/15	Covatti Filho	Dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.			Aguardando designação de relator.
84.	PL 3230/15	João Rodrigues	Acrescenta dispositivo à Lei de Crimes Hediondos.			Aguardando designação de relator.
85.	PL 3260/15	Eduardo Bolsonaro	Dispõe sobre a garantia de defesa ao cidadão, por meio do empréstimo de arma de fogo pelo Estado, quando houver apreensão de arma particular ou funcional sob sua cautela, decorrente de utilização em ação na qual a lei exclua a ilicitude do fato praticado.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
86.	PL 3267/15 PL 3271/15	Ronaldo Martins	Acrescenta os incisos X, XI e XII ao art. 6º do Decreto-Lei nº. 3.689/ 1941 (Código de Processo Penal), na forma que indica.			Aguardando designação de relator.
87.	PL 3297/15	Cabo Sabino	Altera os arts. 129 e 331 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal para aumentar a pena da lesão corporal cometida contra agentes de segurança pública.			Aguardando designação de relator.
88.	PL 3376/15	Senado Federal	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos.			Aguardando designação de relator.
89.	PL 3381/15 PL 3271/12 PL 3295/12 PL 3366/15 PL 4927/13 PL 4948/13 PL 4950/13 PL 5040/13 PL 5185/13 PL 5248/13 PL 5597/13 PL 5625/13 PL 5939/13 PL 6406/13 PL 6722/13 PL 7652/14 PL 1684/15	Senado Federal	Dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional.	Keiko Ota		Aguardando parecer.
90.	PL 3388/15	Capitão Augusto	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.			Aguardando designação de relator.
91.	PL 3425/15	Carlos Bezerra	Estabelece que o valor da fiança será fixado sem centavos.			Aguardando designação de relator.
92.	PL 3458/15	Capitão Augusto	Altera o art. 24 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para assegurar aos policiais e bombeiros militares o direito de transferência mediante permuta.			Aguardando designação de relator.
93.	PL 3695/15	Cabo Daciolo	Concede anistia aos bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro aprovados no concurso público para fins de ingresso na corporação militar realizado no ano de 1998.			Aguardando designação de relator.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
94.	PL 3700/97 PL 2065/07 PL 5116/01 PL 6742/02	Zaire Rezende	Revoga o art. 21 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal Explicação da ementa: revogando o dispositivo que estabelece a incomunicabilidade do preso.	João Campos		Aguardando parecer.
95.	PL 3734/12 PL 3461/08 PL 7258/10 PL 2161/11 PL 2723/11	Poder Executivo	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências.	Pauderney Avelino		Aguardando parecer.
96.	PL 3792/15	Maria do Rosário	Estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
97.	PL 3832/15 PL 404/15 PL 860/15 PL 1720/15 PL 2686/15	Senado Federal	Acrescenta artigos à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).			Aguardando designação de relator.
98.	PL 3837/15	Renata Abreu	Torna obrigatória o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico, na forma que especifica.			Aguardando designação de relator.
99.	PL 3853/15	Laudivio Carvalho	Disciplina a utilização de animais domésticos pelas forças policiais.			Aguardando designação de relator.
100.	PL 4120/12	Bonifácio de Andrada	Determina a oitiva do Ministério Público e da Defensoria Pública antes da decretação das prisões provisória e preventiva, e dá outras providências.	Delegado Éder Mauro		Aguardando parecer.
101.	PL 4314/12	Arnaldo Faria de Sá	Revoga o inciso XIV, do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.			Aguardando designação de relator.
102.	PL 4445/98 PL 2857/00	Feu Rosa	Revoga a Lei nº 7.960, de 1989 que dispõe sobre prisão temporária.	João Campos		Aguardando parecer.
103.	PL 4941/09 PL 4981/09 PL 5522/09 PL 1330/11 PL 6839/13	Eduardo da Fonte	Estabelece pena aos usuários de drogas.	João Campos		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
104.	PL 5017/09 PL 685/03 PL 1144/07 PL 3335/08 PL 3469/12 PL 1433/07 PL 1590/03 PL 3891/04 PL 3998/04 PL 5772/13 PL 1654/03 PL 1769/03 PL 1791/03 PL 2348/11 PL 3832/08 PL 3970/08 PL 4330/12 PL 4538/08 PL 4937/05 PL 7180/10 PL 7144/14	Senado Federal	Altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para alterar procedimentos relativos à baixa veicular.			Aguardando designação de relator.
105.	PL 5394/13 PL 5643/13	Jorge Tadeu Mudalen	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro para proibir o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados.	Onyx Lorenzoni	Pela aprovação deste e do PL 5.643/13, apensado, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
106.	PL 5578/13 PL 2722/15	Fábio Reis	Altera a Lei nº Lei 12.009, de 29 de julho de 2009 que "Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas - moto-frete -, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências", para incluir os seguintes dispositivos.	Pompeo de Mattos	Pela aprovação, deste e do PL 2.722/15, com substitutivo.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
107.	PL 5776/13 PL 5789/13 PL 5816/13 PL 5837/13 PL 6057/13 PL 7402/14 PL 783/15 PL 401/15 PL 1811/15 PL 2073/15 PL 2075/15 PL 3204/15 PL 3698/15	Marina Santanna	Dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências.	Otávio Leite		Aguardando parecer.
108.	PL 6050/13	Guilherme Mussi	Dispõe que o policial civil ou militar que estiver sob investigação ou respondendo processo por ter efetuado disparos com arma de fogo contra indivíduo que está em prática do ato delituoso, no exercício de suas atribuições, somente poderão sofrer possíveis punições e afastamentos se houver sentença penal condenatória oriunda do Poder Judiciário.	Delegado Éder Mauro		Aguardando parecer.
109.	PL 6194/13	Alexandre Leite	Modifica o art. 126 e demais incisos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Alberto Fraga	Pela aprovação, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
110.	PL 6240/13	Senado Federal	Acrescenta art. 149-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa, e acrescenta inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar esse crime hediondo.	Alexandre Leite		Aguardando parecer.
111.	PL 6315/13 PL 117415 PL 3635/15	Keiko Ota	Revoga o § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006, extinguindo a figura do tráfico privilegiado.	Delegado Éder Mauro		Aguardando parecer.
112.	PL 6424/13	Paulão	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, no caso de violência contra transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays que forem atendidos em serviços de saúde públicos ou privados.	Moema Gramacho	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
113.	PL 6433/13 PL 8120/14 PL 8257/14	Bernardo Santana de Vasconcellos	Alega e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e dá outras providências. Explicação da ementa: Pretende dar mais efetividade à proteção da mulher vítima de violência doméstica, no sentido de possibilitar que a autoridade policial tenha acesso aos processos judiciais e às medidas protetivas já deferidas judicialmente, haja vista que somente assim poderá, fora do horário de expediente forense, verificar se o agressor está incorrendo em transgressão às medidas protetivas, e, por consequência, praticando crime como desobediência, autorizando a sua prisão em flagrante.	João Campos	Pela aprovação deste e dos PLs 8.120/2014 e 8.257/2015, apensados, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
114.	PL 6699/09 PL 6795/10 PL 7058/10 PL 4709/12 PL 7363/14 PL 7642/14 PL 7650/14	Duarte Nogueira	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	João Campos		Aguardando parecer.
115.	PL 7422/14	Jair Bolsonaro	Altera a redação do inciso V, do art. 6º, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e do § 1º, do art. 70, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para incluir, de forma expressa, as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, bem como disciplinar o exercício das atividades de policiamento ambiental.	Alberto Fraga	Pela aprovação.	Aguardando deliberação.
116.	PL 7561/14	Missionário José Olímpio	Proíbe o implante em seres humanos de identificação em forma de chips e outros dispositivos eletrônicos.	João Campos		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
117.	PL 7764/14 PL 107/99 PL 308/99 PL 1352/99 PL 1510/11 PL 4064/08 PL 4684/01 PL 1698/11 PL 5254/09 PL 5289/09 PL 7085/14 PL 7300/02	Senado Federal	Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.	João Campos		Aguardando parecer.
118.	PL 7785/14	Onyx Lorenzoni	Dispõe sobre a comercialização, em todo o território nacional, do produto denominado spray de pimenta, gás de pimenta ou gás OC (Oleoresina Capsicum), como equipamento não letal destinado à defesa pessoal.			Aguardando designação de relator.
119.	PL 7871/14 PL 470/15 PL 2803/15 PL 2226/15 PL 586/15 PL 2074/15 PL 2680/15	Jorginho Mello	Altera o Decreto-Lei nº 3689, de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Marcos Reategui		Aguardando parecer.
120.	PL 7885/14	Subtenente Gonzaga	Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para regulamentar a perda de cargo ou função pública, no caso de tortura praticada por integrante de órgão de segurança pública.	Laudívio Carvalho	Pela aprovação deste, com substitutivo.	Aguardando deliberação.
121.	PL 7911/14 PL 993/15	Felipe Bornier	Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança em estacionamentos.			Aguardando designação de relator.
122.	PL 7951/14	Renato Simões	Concede anistia, anula e revoga condenações, ações penais e inquéritos policiais contra pessoas e lideranças dos movimentos sociais, sindicais e estudantis que participaram de greves, ocupações de fábricas, ocupações de terras, ocupações de escolas, manifestações e atividades públicas, revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN) e dá outras providências.	Moema Gramacho		Aguardando parecer.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	RELATOR	PARECER	SITUAÇÃO
123.	PL 7981/14	Guilherme Mussi	Dispõe sobre o treinamento de tiro dos integrantes dos órgãos de segurança pública.	Edio Lopes		Aguardando parecer.
124.	PL 8146/14 PL 357/15 PL 2139/15	Keiko Ota	Determina que as viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública sejam dotadas de blindagem balística.			Aguardando designação de relator.
125.	PL 8201/14	João Campos	Institui o Serviço de Interesse Militar Voluntário - SIMV no âmbito dos estados e do Distrito Federal.	José Priante		Aguardando parecer.
126.	PL 8248/14	Flávia Morais	Determina a inclusão de procedimentos de primeiros socorros na grade curricular dos cursos de formação de soldados das polícias militares.	Cabo Daciolo	Pela aprovação, com emenda.	Aguardando deliberação.
127.	PLP 34/15	Leonardo Picciani e Carlos Sampaio	O Congresso Nacional, nos termos do artigo 22, parágrafo único, da Constituição Federal, delega aos Estados-Membros e ao Distrito Federal competência legislativa sobre questões específicas relacionadas à processo penal.	Gilberto Nascimento	Pela rejeição.	Aguardando deliberação.
128.	PLP 78/15	Hélio Leite	Altera a Lei Complementar n. 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen.	Alberto Fraga	Pela aprovação deste, com adoção do Substitutivo da Comissão de Educação.	Aguardando deliberação.
129.	PLP 162/15	Mandetta	Altera a redação do art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que "Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências".			Aguardando designação de relator.
130.	PLP 186/15	Índio da Costa	Cria o Plano Plurianual de Redução da Violência e dispõe sobre o Planejamento e sua transparência na Segurança Pública.			Aguardando designação de relator.

Tabela 3.1. Proposições Pendentes de Apreciação na Comissão – Apensadas

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
1.	PL 107/99	Maria Elvira	Altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal."	Apensado ao PL 7764/14
2.	PL 308/99	Enio Bacci	Regula o direito de visita aos presos e sistema de revista, e dá outras providências.	Apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/14.
3.	PL 357/15	Marco Feliciano	Dispõe sobre equipamentos de segurança para viaturas policiais e dá outras providências.	Apensado ao PL 8.146/15.
4.	PL 401/15	Alberto Fraga	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Apensado ao PL 5.776/13.
5.	PL 404/15	Luiza Erundina	Acrescenta artigos à Lei 12.594 de 18 de Janeiro de 2012, Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para dispor sobre a revista pessoal.	Apensado ao PL 3.832/15.
6.	PL 470/15	Laerte Bessa	Altera o Código de Processo Penal para estabelecer a audiência de custódia, e dá outras providências.	Apensado ao PL 7.871/14.
7.	PL 586/15	Laudivio Carvalho	Acrescenta dispositivos e dá nova redação ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 470/15, que está apensado ao PL 7.871/14.
8.	PL 685/03	Paulo Pimenta	Altera a redação dos arts. 126 e 243 que tratam respectivamente da baixa de registro de veículos e das obrigações das empresas seguradoras nas ocorrências de perda total, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Apensado ao PL 5.017/09.
9.	PL 783/15	Willian Woo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941-Código de Processo Penal relativos ao inquérito policial, e dá outras providências	Apensado ao PL 5.776/13
10.	PL 826/15	Caetano	Dispõe sobre a destinação de recursos públicos repatriados nas condições que especifica.	Apensado ao PL 382/15
11.	PL 858/15	Capitão Augusto	Dispõe sobre financiamento para casa própria aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	Apensado ao PL 768/15
12.	PL 860/15	Eduardo Bolsonaro e outros	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para tornar obrigatória a revista pessoal aos visitantes em estabelecimentos prisionais.	Apensado ao PL 404/15, que está apensado ao PL 3.832/15.
13.	PL 861/15	João Daniel	Dispõe sobre que os de recursos públicos repatriados serão destinados ao investimento em Assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais.	Apensado ao PL 382/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
14.	PL 993/15	Romulo Gouveia	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de monitoramento nos estacionamentos de centros comerciais.	Apensado ao PL 7911/14.
15.	PL 1144/07	Dagoberto	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.	Apensado ao PL 5.017/09.
16.	PL 1174/15	Capitão Augusto	Revoga o § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 6.315/13.
17.	PL 1330/11	Arnaldo Faria de Sá	Altera os arts. 28, 29, 30, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4.981/09, que está apensado ao PL 4.941/09.
18.	PL 1352/99	Marcos Rolim	Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), fixando parâmetros sobre o direito dos internos e condenados à visitação e estabelece regras mínimas para a revista das pessoas no âmbito do sistema penitenciário nacional.	Apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/14.
19.	PL 1408/15	Valdir Colatto	Altera o art. 33 do Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	Apensado ao PL 574/15.
20.	PL 1433/07	William Woo	Dispõe sobre a baixa do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM - e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.017/09.
21.	PL 1510/11	Erika Kokay	Acrescenta inciso XVII ao art. 41, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para permitir visita íntima em igualdade de condições e normas para presos de ambos os sexos.	Apensado ao PL 4.684/01, que está apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/14.
22.	PL 1590/03	Neuton Lima	Acrescenta parágrafo ao art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre veículos irrecuperáveis.	Apensado ao PL 5.017/09.
23.	PL 1654/03	Carlos Alberto Leréia	Altera a redação do art. 126, que trata da baixa de registro de veículos, na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Apensado ao PL 5.017/09.
24.	PL 1684/15	Goulart	Inclui parágrafos ao art. 13-A da Lei 10.671, de 15 de maio de 2003 - Estatuto de Defesa do Torcedor - e renumera o parágrafo único desse mesmo artigo como § 1º.	Apensado ao PL 5.185/13, que está apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
25.	PL 1698/11	Erika Kokay	Acrescenta parágrafo ao art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal", para determinar que as visitas de cônjuges, companheiros (as), parentes e amigos (as) sejam realizados aos finais de semana.	Apensado ao PL 308/99, que está apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/04.
26.	PL 1720/15	Marcos Rogério	Acrescenta parágrafos ao art. 41 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para dispor sobre a revista nos estabelecimentos prisionais.	Apensado ao PL 860/15, que está apensado ao PL 404/15, que está apensado ao PL 3.832/15.
27.	PL 1769/03	Dr. Heleno	Dá nova redação ao art. 126 e seu § único da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, definindo providências a serem tomadas pelas Seguradoras e Adquirentes de veículos envolvidos em sinistro.	Apensado ao PL 5.017/09.
28.	PL 1791/03	Almerinda de Carvalho	Proíbe a comercialização de veículos sinistrados com perda total.	Apensado ao PL 5.017/09.
29.	PL 1811/15	Laerte Bessa	Dispõe sobre o inquérito policial eletrônico, e dá outras providências.	Apensado ao PL 401/15, que está apensado ao PL 5.776/13.
30.	PL 1815/15	Laerte Bessa	Institui os Núcleos de Pacificação Social de Conflitos Criminais - NUPAS.	Apensado ao PL 798/15.
31.	PL 2065/07	Manoel Junior	Revoga o art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.700/97.
32.	PL 2073/15	Laerte Bessa	Altera os arts. 4º, 5º, 10, 13, 16 e 27 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.	Apensado ao PL 5.776/13.
33.	PL 2074/15	Laerte Bessa	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal para dar mais celeridade e eficiência aos processos penais decorrentes de auto de prisão flagrante, e dá outras providências.	Apensado ao PL 470/15, que está apensado ao PL 7871/14.
34.	PL 2117/15	Luiz Couto e Paulão	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1.277/15.
35.	PL 2139/15	Arthur Virgílio Bisneto	Estabelece norma geral sobre blindagem de viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública.	Apensado ao PL 8.146/14.
36.	PL 2161/11	Alessandro Molon	Estabelece critérios para o repasse de recursos federais para programas de segurança pública aos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Apensado ao PL 3.734/12.
37.	PL 2226/15	Leonardo Picciani	Altera a redação dos §§ 1º e 2º, renumera o § 2º, para § 6º, com redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011, e acrescenta os §§ 3º, 4º, 5º e 7º, ao Art. 306 do Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal Brasileiro.	Apensado ao PL 470/15, que está apensado ao PL 7.871/14.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
38.	PL 2348/11	Diego Andrade	Altera os arts. 126, 240 e 243 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, para estabelecer exigências e procedimentos aos veículos sinistrados, para coibir a prática do comércio ilegal de documentos, partes, peças e componentes de veículos automotores.	Apensado ao PL 5.017/09.
39.	PL 2372/15	Edinho Bez	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre o fornecimento de equipamento de proteção individual para jornalista.	Apensado ao PL 2.658/11.
40.	PL 2680/15	CPICARCE	Institui a audiência de custódia.	Apensado ao PL 470/15, que está apensado ao PL 7.871/14.
41.	PL 2686/15	CPICARCE	Determina que os estabelecimentos penitenciários disponham de escâner corporal, ao qual devem se submeter todos que queiram ter acesso ao referido estabelecimento.	Apensado ao PL 1.720/15, que está apensado ao PL 404/15, que está apensado ao PL 3.832/15 .
42.	PL 2722/15	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas - moto-frete -, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.578/13.
43.	PL 2723/11	Romero Rodrigues	Estabelece a obrigatoriedade de prestar informações sobre a criminalidade para que um ente federado tenha acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.	Apensado ao PL 3.734/12.
44.	PL 2803/15	Ronaldo Carletto	Institui a audiência de custódia para os casos de prisão em flagrante.	Apensado ao PL 470/15, que está apensado ao PL 7.871/14.
45.	PL 2857/00	Júlio Delgado	Altera o art. 2º, caput e § 7º da lei 7960, de 21 de dezembro de 1989	Apensado ao PL 4.445/98.
46.	PL 2874/15	Takayama	Dispõe sobre a inclusão do crime de roubo e roubo qualificado na regra da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, Lei de Crimes Hediondos.	Apensado ao PL 469/15.
47.	PL 2922/15	Kaio Maniçoba	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para prever modalidade de atendimento direcionada a policiais e militares.	Apensado ao PL 768/15.
48.	PL 2924/11	CEDROGA	Permite a dedução, do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, de doações e patrocínios no apoio a projetos apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas relacionados à recuperação de usuários de drogas, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1.359/11.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
49.	PL 2926/15	Sérgio Zveiter	Dispõe sobre anistia tributária, cambial e criminal aos bens mantidos no exterior por pessoas físicas residentes no País, não previamente informados às autoridades brasileiras na forma da legislação aplicável, que venham a ser informados na forma e no prazo desta lei, e dá outras providências.	Apensado ao PL 2.617/15.
50.	PL 3005/15	Alberto Fraga	Regulamenta a garantia de assistência jurídica gratuita aos policiais civis e militares, e dá outras providências.	Apensado ao PL 2.887/15.
51.	PL 3167/15	Cabo Daciolo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para assegurar que 10% (dez por cento) do programa sejam destinados aos Militares das Forças Armadas e Agentes de Segurança Pública.	Apensado ao PL 2.922/15, que está apensado ao PL 768/15.
52.	PL 3204/15	Wilson Filho	Qualifica os elementos de prova do inquérito policial com a participação da defesa técnica por advogado ou defensor público.	Apensado ao PL 2.075/15, que está apensado ao PL 5.776/13.
53.	PL 3214/15	Cabo Daciolo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de junho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV", para criar o Programa Nacional de Habitação dos Militares das Forças Armadas – PNHMFA.	Apensado ao PL 3.167/15, que está apensado ao PL 768/15.
54.	PL 3265/15	Alberto Fraga	Altera os arts. 24, 66, 69, 77 e 122 do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do DF, de que trata a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, sobre a licença para acompanhar cônjuge; acrescenta o art. 68-A.	Apensado ao PL 1.259/15.
55.	PL 3271/12	José Stédile	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.381/15.
56.	PL 3271/15	Paulão	Inclui parágrafo 8º ao Art. 159 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Dispondo sobre a natureza oficial dos laudos oficiais e das provas produzidas pelos especialistas em papiloscopia.	Apensado ao PL 3.267/15.
57.	PL 3295/12	Roberto de Lucena	Inclui dispositivos no Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
58.	PL 3335/08	Ubiali	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a venda ou leilão de veículo.	Apensado ao PL 5017/09.
59.	PL 3366/15	Carlos Henrique Gaguim	Proíbe o uso de fogos de artifício em locais públicos e em recintos particulares onde haja presença de pessoas.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
60.	PL 3461/08	Raul Jungmann	Regulamenta o § 7º do art. 144 da Constituição Federal, instituindo conjunto de ações coordenadas que constituem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).	Apensado ao PL 3.734/12.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
61.	PL 3469/12	Enio Bacci	Dispõe sobre a autorização de leiloar os veículos de duas ou quatro rodas apreendidos pela Polícia Civil, provenientes de furtos, quando os proprietários não buscarem esse bem móvel no prazo máximo de 90 dias.	Apensado ao PL 5.017/09.
62.	PL 3635/15	Rubens Pereira Junior	Altera o art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a qual dispõe sobre a Lei de Drogas.	Apensado ao PL 6.315/13.
63.	PL 3698/15	Laerte Bessa	Confere à autoridade policial o encargo de requerer ou representar acerca de medidas cautelares que importem na investigação criminal.	Apensado ao PL 2.073/13, que está apensado ao PL 5.776/13.
64.	PL 3832/08	Valdir Colatto	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a baixa de registro de veículos irrecuperáveis.	Apensado ao PL 5.017/09.
65.	PL 3891/04	Takayama	Acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre o leilão de veículos irrecuperáveis e similares.	Apensado ao PL 5.017/09.
66.	PL 3970/08	Renato Amaury	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o destino de carcaças de veículos automotores sinistrados ou apreendidos.	Apensado ao PL 5.017/09.
67.	PL 3998/04	Takayama	Acrescenta art. à Lei nº 9.503, de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", dispondo sobre a venda de peças ou sucatas oriundas de veículos irrecuperáveis.	Apensado ao PL 5.017/09.
68.	PL 4064/08	Dr. Talmir	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre medidas de segurança em estabelecimentos penitenciários.	Apensado ao PL 1.352/99, que está apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/14.
69.	PL 4330/12	Pastor Marco Feliciano	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para proibir o desmanche e a venda de peças usadas de automóvel e motocicleta.	Apensado ao PL 5.017/09.
70.	PL 4538/08	Reinaldo Nogueira	Dispõe sobre a proibição de desmontagem e venda de peças de veículos segurados que tenham sofrido sinistro com perda total.	Apensado ao PL 5.017/09.
71.	PL 4684/01	Marcos Rolim	Altera o art. 41, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/14.
72.	PL 4709/12	Onofre Santo Agostini	Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6.699/09.
73.	PL 4927/13	Ângelo Agnolin	Inclui dispositivo no Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
74.	PL 4937/05	Jorge Pinheiro	Obriga a retirada de circulação de veículos inservíveis ao uso, mediante prensamento da sua sucata, bem como baixa de seu registro junto ao Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM.	Apensado ao PL 5.017/09.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
75.	PL 4948/13	Beto Albuquerque	Dá nova redação aos arts. 8º e 9º do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, para proibir o uso de artigos pirotécnicos em bares, boates, casas de espetáculo, teatros, auditórios, clubes, salões comunitários e demais locais fechados de edificações de uso coletivo.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
76.	PL 4950/13	Ricardo Izar	Dispõe sobre as regras de segurança em casas de entretenimento, impondo restrições ao uso de fogos de artifício e a realização de shows de pirotecnia em locais fechados em todo o território nacional, e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
77.	PL 4981/09	Laerte Bessa	Altera os arts. 27, 28, 29, 33 e 39, todos da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.	Apensado ao PL 4.941/09.
78.	PL 5040/13	Professor Sérgio de Oliveira	Dispõe sobre as regras de segurança e o uso de sinalizadores e artefatos similares em eventos e locais públicos.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
79.	PL 5116/01	José Carlos Coutinho	Invalida o art. 21 e o seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - o Código de Processo Penal. Explicação da ementa: Revogando o artigo que trata da incomunicabilidade do indiciado no inquérito policial.	Apensado ao PL 3.700/97.
80.	PL 5185/13	Décio Lima	Acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências".	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
81.	PL 5248/13	Francisco Escório	Proíbe o uso de fogos de artifício em qualquer evento que contenha aglomeração pública em ambientes fechados e dá outras providências.	Apensado ao PL 4.950/13 que está apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
82.	PL 5254/09	Bispo Gê Tenuta	Dispõe sobre a visita sem contato físico em estabelecimentos prisionais.	Apensado ao PL 7.300/02, que está apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/04.
83.	PL 5289/09	Luiz Couto	Garante o direito de visita aos presos preferencialmente nos fins de semana.	Apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/04.
84.	PL 5522/09	Francisco Tenório	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei Antidrogas) para tornar crime o uso de drogas e estabelecer pena a seus usuários.	Apensado ao PL 4.941/09.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
85.	PL 5597/13	Major Fábio	Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.271/12 que está apensado ao PL 3.381/15.
86.	PL 5625/13	Sérgio Brito	Acrescenta o art. 132-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Apensado ao PL 3.271/12 que está apensado ao PL 3.381/15.
87.	PL 5643/13	Major Fábio	Estabelece punição para a utilização de capacete de motociclista ou cobertura que impeça a identificação da pessoa no interior de estabelecimentos comerciais.	Apensado ao PL 5.394/13.
88.	PL 5772/13	CLP	Altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o conceito de "sucata" e a destinação a ser dada às sucatas apreendidas pelos órgãos executivos de trânsito estaduais.	Apensado ao PL 5.017/09.
89.	PL 5789/13	Onyx Lorenzoni	Dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências	Apensado ao PL 5.776/13.
90.	PL 5816/13	Arthur Oliveira Maia	Dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências	Apensado ao PL 5.776/13.
91.	PL 5837/13	Bernardo Santana de Vasconcellos	Estabelece normas gerais sobre investigação civil e criminal no Brasil e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.776/13.
92.	PL 5939/13	Major Fábio	Dispõe sobre a comercialização de sinalizadores de emergência ou náuticos.	Apensado ao PL 5.040/13, que está apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
93.	PL 6057/13	Costa Ferreira	Dispõe sobre a investigação criminal.	Apensado ao PL 5.776/13.
94.	PL 6406/13	Miriquinho Batista	Modifica a lei nº10826, de 22 de dezembro de 2003, estabelecendo regras para a comercialização de sinalizadores.	Apensado ao PL 5939/13, que está apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15.
95.	PL 6722/13	Hugo Leal	Disciplina as atividades envolvendo balões de papel não tripulados e sem potencialidade de causar incêndio, reconhecendo-as como elemento da cultura popular e do folclore brasileiro.	Apensado ao PL 3271/12 que está apensado ao PL 3381/15.
96.	PL 6742/02	José Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941.	Apensado ao PL 3.700/97.
97.	PL 6795/10	Washington Luiz	Cria o Cadastro Único de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6.699/09.
98.	PL 6839/13	João Rodrigues	Acrescenta o inciso IV e o § 8º ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar pena de internação para tratamento de dependência química, pelo período mínimo de 6 meses, em estabelecimentos de saúde específicos para tal fim.	Apensado ao PL 4.941/09.
99.	PL 7058/10	Paulo Roberto Pereira	Cria o Cadastro de Pessoas Desaparecidas.	Apensado ao PL 6.699/09.

Nº	PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	OBSERVAÇÃO
100.	PL 7085/14	Iriny Lopes	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.	Apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/04.
101.	PL 7144/14	Antonio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.017/09.
102.	PL 7147/14	Major Fábio	Acrescenta parágrafo ao art. 302 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o fornecimento de equipamentos de segurança pelas empresas jornalísticas aos seus empregados.	Apensado ao PL 2.658/11.
103.	PL 7180/10	Lupercio Ramos	Dispõe sobre a transferência de propriedade de veículo segurado, em caso de roubo ou furto.	Apensado ao PL 5017/09
104.	PL 7258/10	William Woo	Institui os Planos Nacionais de Segurança Pública e de Execução Penal e estabelece a sua avaliação e dá outras providências.	Apensado ao PL 3.734/12.
105.	PL 7300/02	Cabo Júlio	Dispõe sobre o contato físico de presidiários com visitantes e advogados no território nacional.	Apensado ao PL 107/99, que está apensado ao PL 7.764/04.
106.	PL 7363/14	Valdir Colato	Dispõe sobre a responsabilidade e a obrigatoriedade de investigação imediata de pessoas desaparecidas.	Apensado ao PL 6.699/09.
107.	PL 7402/14	CLP	Dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências.	Apensado ao PL 5.776/13.
108.	PL 7642/14	Mandetta	Acrescenta dispositivo à Lei 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para tornar obrigatório o início imediato das buscas por menor de 14 anos desaparecido.	Apensado ao PL 7.363/14, que está apensado ao PL 6699/09.
109.	PL 7650/14	Maria Lucia Prandi	Institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e medidas que facilitem a busca e a localização dessas pessoas, e dá outras providências.	Apensado ao PL 6.699/09.
110.	PL 7652/14	Vander Loubet	Esta Lei altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 para regular a produção, importação comercialização e utilização de fogos de artifício.	Apensado ao PL 3.271/12, que está apensado ao PL 3.381/15
111.	PL 8040/14	CPICRIAN	Acrescenta o inciso V ao art. 13 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.	Apensado ao PL 2.514/15.
112.	PL 8120/14	Sandes Júnior	Acrescenta o § 2º ao art. 10 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.	Apensado ao PL 6.433/13.
113.	PL 8257/14	Ronaldo Fonseca	Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para criar o banco de dados sobre medidas protetivas de urgência e estabelecer a possibilidade de deferimento de medidas protetivas de urgência desde o primeiro atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.	Apensado ao PL 6.433/13.

Tabela 4. Requerimentos

Abreviaturas: Tipo: SC - Subcomissão ou Grupo de Trabalho AP - Audiência Pública OE - Outros Eventos D - Assuntos Diversos RI - Requerimento de Informação

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
1	JOSÉ PRIANTE	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado promova encontros regionais com Secretários Estaduais de Segurança Pública para ouvir, colher e, se for o caso, propor alterações legislativas, no que concerne à problemática da Segurança Pública.	D	12/3/2015 Aprovado.	
2	JOSÉ PRIANTE	Requer a criação de Subcomissão Especial para sistematização das proposições referentes à segurança pública.	SC	12/3/2015 Aprovado.	9/4/2015 Instalada a Subcomissão.
3	HERÁCLITO FORTES	Requer a realização de audiência pública para debater matérias veiculadas na mídia em fevereiro do ano corrente sobre o escândalo financeiro ocorrido no HSBC Bank Brasil que ficou conhecido como "SwissLeaks".	AP	12/3/2015 Aprovado.	29/4/2015 Reunião realizada com representante. Arquivado.
4	LAERTE BESSA	Requer a criação da Subcomissão Especial para analisar a Menoridade Penal.	SC		1/4/2015 Recebido Ofício nº 25/2015-GAB/LB, do Dep. Laerte Bessa, solicitando a retirada do requerimento. 8/4/2015 Retirada de tramitação deferida pelo Presidente. Arquivado.
5	DELEGADO WALDIR	Solicita seja convocado o Sr. Ministro das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos sobre o comportamento adotado pelo Governo Federal no que diz respeito as execuções de brasileiros condenados no país da Indonésia por tráfico de drogas.	C	25/3/2015 Aprovado, com a transformação da convocação em convite.	15/4/2015 Audiência Pública realizada (CSPCCO, CREDEN E CFFC). Arquivado.
6	DELEGADO WALDIR (VER REQ. 24/15)	Solicita seja convocado o Sr. Ministro da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO sobre o encontro não oficial com o Procurador-Geral da República, bem como as crises nos presídios, a insegurança pública e o crescente número de assassinatos de policiais e cidadãos no Brasil.	C	25/3/2015 Aprovado, com a transformação da convocação em convite e com a solicitação de que também seja tratada a questão do porte de armas e prestados esclarecimentos sobre a construção de presídios federais.	

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
7	LINCOLN PORTELA (VER REQ. 26/15) (VER REQ. 27/15) (VER REQ. 35/15)	Requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre "Audiência de Custódia: aplicabilidade, eficácia, aspectos legais e consequências no aspecto global da segurança pública".	AP	25/3/2015 Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Marta Beatriz Tedesco Zanchi, Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Renato Vieira, Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; Andressa Porto, Coordenadora da Rede Justiça Criminal de Brasília; e Fernando Mendonça, Juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão.	28/5/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
8	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a criação de Subcomissão Especial no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para analisar as propostas que tramitam na Câmara dos Deputados, com vistas a desenhar uma nova arquitetura institucional da Segurança Pública com a adoção da Polícia de Ciclo Completo.	SC		
9	MORONI TORGAN E OUTROS	Requer a criação de Subcomissão Permanente para tratar do combate ao crime organizado.	SC	12/3/2015 Aprovado.	9/4/2015 Instalada a Subcomissão.
10	DELEGADO EDSON MOREIRA	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o sistema de monitoramento à distância de presos em regime semiaberto, que tiverem autorização de saída temporária, e os detidos em prisão domiciliar.	AP	25/3/2015 Aprovado.	
11	CABO DACIOLO	Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para discussão das medidas de segurança adotadas e o legado das Olimpíadas de 2016 para o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.	AP	25/3/2015 Aprovado com alteração no objeto da reunião para "Segurança Pública nas Olimpíadas de 2016"	
12	CABO DACIOLO	Requer sejam designados Parlamentares desta Comissão para acompanharem e participarem, sem ônus para a Casa, de ato público pela PEC 300 e pela vida do profissional de Segurança Pública, a ser realizado no dia 29 de março, às 10h00, no posto 6- Copacabana, no Rio de Janeiro.	OE	25/3/2015 Aprovado.	29/3/2015 Evento realizado. 30/3/2015 Arquivado.
13	MAJOR OLIMPIO	Requer a criação de uma Subcomissão Especial, dentro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO, com o objetivo de promover estudos e apresentar propostas de modernização da Legislação Brasileira para que medidas efetivas de combate aos roubos de cargas e de transporte de valores sejam tomadas.	SC		
14	FERNANDO MONTEIRO	Requer seja feito convite ao juiz federal Flávio Roberto de Souza, a fim de prestar esclarecimentos à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	D		
15	ALEXANDRE LEITE E OUTROS	Requer a criação de Subcomissão Permanente para tratar do controle de armas, munições e explosivos.	SC	8/4/2015 Aprovado.	
16	ALEXANDRE LEITE	Requer realização de Audiência Pública para tratar da edição da Portaria 01, de 16/1/2015, do comando logístico do Exército (COLOG), que dispõe sobre a regulamentação das atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, e seus reflexos junto a esses segmentos.	AP		

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
17	ALBERTO FRAGA	Solicita que seja convocado o Sr. Ministro de Estado da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos sobre as questões da segurança pública em âmbito nacional, tendo em vista os altos índices de criminalidade que assolam o Brasil.	C		
18	ALEXANDRE LEITE	Convida o Excelentíssimo Ex-Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva e o Líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Senhor João Pedro Stédie, para prestarem esclarecimentos sobre o exército que o MST afirmou possuir, bem como a manifestação organizada, por este, nos dias 13 e 15 de março de 2015.	AP		
19	JAIR BOLSONARO	Requer a convocação da Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos, para prestar esclarecimentos sobre a Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT.	C		
20	CABO DACIOLO	Requer a criação de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para verificar "in loco" todos os locais nos quais existam presos militares e inspecionar as condições a que estão submetidos.	SC	25/3/2015 Aprovado com alteração para que seja designada uma comitiva para visitar presídios onde existam presos militares e inspecionar as condições a que são submetidos.	13/4/2015 Evento realizado. 14/4/2015 Arquivado.
21	CABO SABINO E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública visando discutir a jornada de trabalho dos Policiais e Bombeiros Militares Estaduais do Brasil.	AP	15/4/2015 Aprovado com a inclusão de outras categorias policiais a saber: Policiais Civis, Policiais Rodoviários Federais, Policiais Federais, Agentes Prisionais e Guardas Municipais.	
22	PASTOR EURICO	Requer Audiência Pública para tratar sobre a Perseguição de Cristãos por Grupos Radicais, chamado "Estado Islâmico".	AP	25/3/2015 Aprovado.	
23	ROCHA E OUTROS	Solicita a realização de audiência pública, com a participação do Sr. Emylson Farias da Silva, Secretário Estadual de Segurança Pública do Estado do Acre, Sr. Araquém Alencar Tavares de Lima, Superintendente da Polícia Federal no Acre, e dos Senhores Everaldo Gomes, Prefeito Municipal de Brasiléia/AC, André Luiz Pereira Hassem, Prefeito Municipal de Epitaciolândia/AC, Humberto Gonçalves Filho, Prefeito Municipal de Assis Brasil/AC e Marcus Alexandre Médici Aguiar Viana da Silva, Prefeito Municipal de Rio Branco/AC, para debaterem com esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, sobre os problemas na área de Segurança Pública, oriundos da entrada de Haitianos e demais Imigrantes pela Fronteira do Acre	AP	25/3/2015 Aprovado.	
24	EDIO LOPES (VER REQ. 6/15)	Requer a realização de audiência pública.	AP		
25	JAIR BOLSONARO	Requer a realização de audiência pública para a discussão de medidas efetivas de combate aos roubos de cargas e de transporte de valores, bem como que seja convidado o Senhor Carlos Franklin Paixão de Araújo.	AP		
26	EDUARDO BOLSONARO (VER REQ. 7/15)	Requer inclusão de convidado para participar de Audiência Pública proposta pelo Deputado Lincoln Portela, conforme Requerimento nº 7 de 2015.	AP	15/4/2015 Aprovado.	28/5/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
27	LINCOLN PORTELA (VER REQ. 7/15)	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública que será realizada nesta Comissão, aprovada pelo requerimento nº 7/2015.	AP	15/4/2015 Aprovado.	28/5/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
28	LINCOLN PORTELA E SILAS FREIRE	Requer a realização de Audiência Pública para debater a Política de Ressocialização do Sistema Prisional Brasileiro.	AP		27/4/2015 Recebido requerimento, do Dep. Silas Freire, solicitando a retirada do requerimento. 29/4/2015 Retirada de tramitação deferida pelo Presidente. Arquivado.
29	ALUISIO MENDES	Requer a criação de Subcomissão Especial destinada a analisar e debater a atuação da Polícia Federal no combate ao tráfico de armas e drogas nas regiões de fronteira do Brasil.	SC	8/4/2015 Aprovado.	
30	JOSÉ PRIANTE E JOÃO ARRUDA	Requer a realização de audiência pública para debater sobre a morosidade do processo penal, a impunidade decorrente dela e medidas alternativas à impunidade.	AP		
31	DELEGADO WALDIR	Requer seja criada Subcomissão Especial para Discutir a Mortalidade e as Consequências dos Acidentes de Trânsito no Brasil.	SC	8/4/2015 Aprovado com a transformação em Subcomissão Permanente.	
32	RONALDO MARTINS E CABO SABINO	Requer a realização de uma audiência pública para debater sobre o funcionamento e eficácia do Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESPJC em face às informações constantes nos bancos de dados estaduais	AP	15/4/2015 Aprovado.	
33	RONALDO MARTINS E CABO SABINO	Requer a realização de um Seminário Nacional para debater sobre a situação das Guardas Municipais no Brasil	OE	15/4/2015 Aprovado com a sugestão para que a reunião ocorra no dia 13/5/2015, em conjunto com a 10ª Marcha Azul-Marinho das Guardas Municipais.	13/5/2015 Seminário realizado com a CLP. Arquivado.
34	RONALDO MARTINS	Requer a realização de Audiência Pública para debater meios para a solução da problemática do uso de aparelhos de comunicação por parte de detentos do sistema penal	AP	15/4/2015 Aprovado.	
35	LINCOLN PORTELA (VER REQ. 7/15)	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública que será realizada nesta Comissão, aprovada pelo requerimento nº 7/2015.	AP	15/4/2015 Aprovado.	28/5/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
36	LAUDIVIO CARVALHO E OUTROS	Solicita que seja realizada audiência pública para debater a violência praticada contra os Oficiais de Justiça.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
37	ALBERTO FRAGA E WILLIAN WOO	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	AP		
38	DELEGADO WALDIR	Solicita seja convidado o Comandante da Força Aérea Brasileira - FAB, a fim de prestar informações na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO sobre a limitação e contingenciamento orçamentário e o papel das forças armadas na defesa de nossas fronteiras.	AP		
39	DELEGADO WALDIR	Solicita seja convidado o Comandante da Marinha do Brasil, a fim de prestar informações na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO sobre a limitação e contingenciamento orçamentário e o papel das forças armadas na defesa de nossas fronteiras.	AP		

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
40	DELEGADO WALDIR	Solicita seja convidado o Comandante do Exército Brasileiro, a fim de prestar informações na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO sobre a limitação e contingenciamento orçamentário e o papel das forças armadas na defesa de nossas fronteiras.	AP		
41	DELEGADO WALDIR E NILSON LEITÃO	Requer seja realizada reunião de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para debater os crescentes índices de violência.	OE		
42	PAUDERNEY AVELINO	Requer realização de Audiência Pública para discussão da PEC 412/2009, que altera o § 1º do art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre a organização, autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Polícia Federal.	AP		
43	WILSON FILHO	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize Seminários em João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Cabedelo, Cajazeiras, Guarabira e Sapé, no Estado da Paraíba.	OE		
44	WILSON FILHO	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize Seminário em João Pessoa, na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.	OE		
45	OSMAR TERRA E SUBTENENTE GONZAGA	Requer a constituição de subcomissão especial destinada a discutir, elaborar e acompanhar políticas públicas sobre Drogas.	SC	8/7/2015 Aprovado.	13/8/2015 Instalada a Subcomissão. Arquivado.
46	WILSON FILHO E OUTROS	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize uma reunião de audiência pública para discutir o Mapa da Violência, de 2014.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidados, do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, do Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (CONSEP), do Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG PM/BM), e do Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC).	
47	WILSON FILHO	Requer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a publicação de cartilha educativa alusiva ao Dia Nacional de Combate às Drogas.	D		
48	ELIZIANE GAMA	Requer seja incluído nos temas a serem tratados pelo Ministro de Estado da Justiça, quando do comparecimento a esta Comissão, as devidas explicações acerca da aplicação e gestão dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.	AP		
49	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para avaliar as atuações do Grupo Liga dos Camponeses Pobres (LCP) no que tange às atribuições desta Comissão Permanente	AP		
50	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para avaliar a organização Foro São de Paulo no âmbito das atribuições desta Comissão.	AP		

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
51	SUBTENENTE GONZAGA E OUTROS	Requer a realização de uma audiência pública para debater o modelo proposto para o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP que se pretende instituir por meio da proposta legislativa (PL 3.734, de 2012) enviada pelo governo federal ao descortino do Congresso Nacional.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidados, do Presidente do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (LIGABOM) e do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.	
52	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Permanente de Segurança Pública, para debater sobre o aparelhamento bélico das Polícias Militares.	AP		
53	EDIO LOPES	Requer a realização de visita à fábrica de munições CBC e à fábrica de armamentos Taurus.	OE		
54	DEL. WALDIR	Solicita não mais seja convidado e sim convocado o Sr. Ministro da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO sobre o encontro não oficial com o Procurador-Geral da República, bem como sobre as crises nos presídios e a atual insegurança pública generalizada.	C		
55	CAETANO	Requer que seja ouvido pelo plenário desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado o Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná.	AP		
56	WILSON FILHO	Requer que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realize seminários nos 10 maiores bairros de João Pessoa, na Paraíba.	OE		
57	WILSON FILHO	Requer que sejam convidados para audiência nesta Comissão, o Senhor Ministro de Estado da Justiça, o Senhor Ministro de Estado da Saúde, o Senhor Ministro de Estado da Educação e o Senhor Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, para prestarem informações sobre o andamento do Programa do Governo Federal "Crack é possível vencer", apresentando os dados referentes ao País e sobre os projetos executados no Estado da Paraíba.	AP		
58	SILAS FREIRE	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, o acompanhamento das investigações alusivas ao caso de desaparecimento da criança João Rafael Kovalski, a requisição de documentos e a realização de audiência pública.	AP		
59	ALBERTO FRAGA E OUTROS	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a reestruturação das carreiras da Polícia Militar do Distrito Federal.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
60	EDSON MOREIRA	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir o Chefe de Polícia e os Diretores do DEOESP, DHPP, DEPATRI da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
61	EDSON MOREIRA E OUTROS	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir o Diretor Geral e o Diretor do Departamento de Homicídios e proteção à Pessoa - DHPP da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo.	AP	23/9/2015 Aprovado.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
62	EDSON MOREIRA E OUTROS	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir o Diretor Geral e os Diretores do DEIC, DHPP, DECAP, DEMACRO e DENARC da Polícia Civil do Estado de São Paulo.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
63	EDSON MOREIRA E OUTROS	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, solicitar ao Secretário de Segurança do Estado de São Paulo informações sobre o nº de homicídios e latrocínios decorrentes ao crime organizado, tráfico de drogas.	D	23/9/2015 Aprovado.	
64	EDSON MOREIRA E OUTROS	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir o Diretor Geral e os Diretores do DHPP e DRACO, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
65	ADELMO CARNEIRO LEÃO (VER REQ. 66/15)	Requer que seja convidado a prestar esclarecimentos a esta Comissão o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello.	AP		
66	ALBERTO FRAGA (VER REQ. 65/15)	Requerimento de convite da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado ao Sr. Celso Antonio Bandeira de Mello.	AP		
67	ALEXANDRE LEITE E OUTROS	Requer a indicação de nomes para compor Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a finalidade de apresentar medidas de aprimoramento do controle de armas no Brasil.	D	23/9/2015 Aprovado.	
68	PASTOR EURICO	Requer a realização de Audiência Pública, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do combate ao crime organizado, debater as ações de política contra o narcotráfico.	AP	9/9/2015 Aprovado.	15/9/15 1ª Audiência pública realizada 29/9/15 2ª Audiência pública realizada Arquivado.
69	ALEXANDRE LEITE	Solicita seja convocado o Ministro de Estado da Justiça a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimento a respeito da Portaria nº 368 de 2015, que institui grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para apresentar medidas de aprimoramento do controle de armas no Brasil.	C		
70	JOÃO CAMPOS E OUTROS	Requer que seja promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Audiência Pública para debater sobre o SISNACC (Sistema Nacional de Comunicações Críticas), sua importância para os Estados-Federados e para a economia nacional, em conjunto com a CCTCI.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
71	ROCHA	Solicita a realização de audiência pública, com a participação do representante da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso, do Representante da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso, do Representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no Estado de Mato Grosso, e do Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, no Estado de Mato Grosso, para debaterem com esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, sobre os problemas ocorridos no trecho da BR-174, próximo ao município de Comodoro/MT a 677 km de Cuiabá, quando os índios da etnia Nhambiquara bloquearam a estrada e promoveram a cobrança de pedágio dos motoristas.	AP		

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
72	MAJOR OLIMPIO	Requer a convocação do Ministro de Estado da Fazenda e o Ministro de Estado das Minas e Energia.	C		
73	MARCOS REATEGUI	Requer a criação de uma Subcomissão Especial para apurar os fatos relacionados às ilegalidades que movimentam o setor mineral no Estado do Amapá	SC		
74	JOSÉ PRIANTE	Requer a apresentação de requerimento de inclusão da Proposta de Emenda à Constituição nº 443, de 2009, na ordem do dia do Plenário da Câmara dos Deputados.	D	10/6/2015 Aprovado, com alteração para que conste do requerimento a informação de que fora apresentado voto em separado à Proposta de Emenda à Constituição para incluir os oficiais militares.	10/6/2015 Apresentação do requerimento nº 2092/15, em plenário. Arquivado.
75	ONIX LORENZONI	Solicita que seja convocado o Exmo. Sr. Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de prestar esclarecimentos sobre a Circular Telegráfica nº 94443/375, de 07 de maio de 2014, que instruiu embaixadas e consulados brasileiros a concederem vistos, sem consulta prévia, para nacionais do Afeganistão, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Palestina, Paquistão e Síria, a despeito dos referidos países encontrarem-se em áreas conflagradas e tomadas pela ação de grupos terroristas internacionais e seus agentes.	AP		
76	SUBTENENTE GONZAGA	Requer a realização de audiência pública para debater os dados relativamente à fiscalização de trânsito, atendimento a acidentes e apreensões de drogas ilícitas pela Polícia Rodoviária Federal, no período que especifica.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
77	ALBERTO FRAGA	Requer realização de audiência pública com os órgãos que relaciona, para tratar sobre organizações criminosas voltadas a prática de terrorismo.	AP		
78	MAJOR OLIMPIO	Requer a convocação do Ministro de Estado Miguel Rossetto, Secretário Geral da Presidência da República.	C		
79	CABO DACIOLO	Requer que sejam convidados a Dra. Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, o Dr. Jonatas Andrade, a Dra. Jacqueline Carrijo e Dr. Alpiniano do Prado Lopes, para participar de audiência pública, com o objetivo de explanar sobre o denúncias de trabalho análogo à escravidão na escala de trabalho de policiais militares e bombeiros militares em todo o Brasil.	AP		
80	JOÃO CAMPOS E OUTROS (VER REQ. 113/15)	Requer a realização de Audiência Pública para debater os Projetos de Lei nºs 7.764/2014 e PL 404/2015.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidados, do Sr. Renato De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; da Srª Máira Fernandes, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro; e do Procurador de Justiça Haroldo Caetano.	19/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
81	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Ministro de Estado da Justiça para debater o Tráfico de Armas.	AP		
82	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Ministro do Estado da Defesa para debater o Tráfico de Armas.	AP		

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
83	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Diretor Geral da Polícia Federal para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	20/10/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
84	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com a Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	20/10/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
85	ALUISIO MENDES	Requer sejam solicitadas informações estatísticas sobre apreensão de armas.	D	23/9/2015 Aprovado.	25/9/2015 Enviado e-mail para SENASP solicitando os dados estatísticos. 11/11/15 Encaminhado resposta, por e-mail, ao Gab. do Deputado Aluisio Mendes.
86	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	27/10/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
87	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Delegado Geral da Polícia Civil do Mato Grosso para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	3/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
88	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	10/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
89	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	27/10/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
90	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	3/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
91	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Comandante Geral da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul com o objetivo de debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	10/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
92	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	27/10/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
93	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	3/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
94	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	10/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
95	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	27/10/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
96	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná objetivo de debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	3/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
97	ALUISIO MENDES	Requer a realização de Audiência Pública com o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná para debater o Tráfico de Armas.	AP	23/9/2015 Aprovado.	10/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
98	RONALDO MARTINS	Requer a convocação da empresa SER GLASS; do Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados - DFPC (Comando Logístico do Exército Brasileiro); e da Associação Brasileira de Blindagem, para prestarem esclarecimentos sobre possível fraude e adulteração de documentos para a concessão de autorizações para a fabricação de vidros de blindagem para veículos, na forma que indica.	AP		
99	ROCHA	Solicita a realização de audiência pública, com a participação do Ministro de Estado da Justiça, Sr. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, do Diretor Geral da Polícia Federal, Sr. LEANDRO DAIELLO COIMBRA, e do Superintendente Regional da Polícia Federal no Acre, Sr. ARAQUÉM ALENCAR TAVARES DE LIMA, para esclarecerem, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, as razões para a decisão de que os deslocamentos dos agentes da Polícia Federal ao interior do Estado do Acre, deverão ocorrer em ônibus intermunicipais e não mais em viaturas policiais.	AP		
100	DELEGADO EDSON MOREIRA E OUTROS	Requer no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO dos Ministérios Públicos Estaduais e os Secretários Estaduais de Segurança Pública de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.	AP	15/7/2015 Aprovado.	4/8/15 1ª Audiência pública realizada. 13/8/15 2ª Audiência pública realizada. 18/8/15 3ª Audiência pública realizada. 25/8/15 4ª Audiência pública realizada. Arquivado.
101	ALBERTO FRAGA E MORONI TORGAN	Requer realização de audiência pública com os órgãos que relaciona, para tratar sobre o Projeto de Lei 2016/2015, do Executivo, que versa sobre o Terrorismo.	AP	15/7/2015 Aprovado.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES	
102	MARCOS REÁTEGUI E OUTROS	Requer Audiência Pública para discussão e contribuição ao Projeto de Lei de Audiência de Custódia.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidados, do Senhor Augusto de Arruda Botelho, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); do Juiz Luís Geraldo Lanfredi, do Conselho Nacional de Justiça; da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR); da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP); da Federação Nacional de Entidades Representantes de Oficiais Militares Estaduais (FENEME); da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); da Associação Nacional dos Praças (ANASPPRA); da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF); da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL); e de representantes das Guardas Cívicas Metropolitanas e de Agentes Prisionais.	
103	PASTOR EURICO	Requer convidar o Dr. Oslaim Campos Santana, Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal (DICOR), para participar da Audiência Pública, discutirá Políticas Públicas de Combate ao Crime Organizado.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidado, do Senhor Gerson D'Agord Schaan, Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita Federal.	
104	MAJOR OLIMPIO	Requer no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir as autoridades e convidados constantes deste requerimento.	AP		
105*	DELEGADO EDSON MOREIRA	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, designar uma comitiva de parlamentares para acompanhar os processos de investigação que estão ocorrendo no Estado de São Paulo e no Estado de Minas Gerais.	D	19/8/2015 Aprovado.	4/9/15 Visita realizada em São Paulo-SP. 11/9/15 Visita realizada em Belo Horizonte-MG.
106	MAJOR OLIMPIO	Requer no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir o Dr. Lincoln Gakiya, Integrante do GAECO, e o Dr. José Damiano Cogan, Desembargador do TJSP.	AP	23/9/2015 Aprovado.	17/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
107	JAIR BOLSONARO	Requer a realização de audiência pública para a discussão e busca de esclarecimentos acerca de palavras proferidas pelo Senhor Wagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT, em discurso no Salão Nobre do Palácio do Planalto, no dia 13 de agosto de 2015.	AP		

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
108	LINCOLN PORTELA E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado.	AP	23/9/2015 Aprovado.	17/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
109	OSMAR TERRA	Requer a realização de audiências públicas no âmbito da Subcomissão Especial Destinada a Discutir, Elaborar e Acompanhar Políticas Públicas sobre Drogas.	AP	26/8/2015 Aprovado.	16/9/15 Primeira Audiência Pública realizada.
110	RONALDO MARTINS E OUTROS	Requer, no âmbito da Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, a realização de Audiência Pública para debater sobre o trabalho realizado pela ABIN e a necessidade de adequação da legislação vigente.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidados, do Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência (AOFI) e do Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ASBIN)	24/11/2015 Audiência Pública realizada. O Presidente da ABIN se comprometeu a comparecer em outro dia determinado pelo presidente da Subcomissão.
111	ALBERTO FRAGA E OUTROS	Requer informações ao Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), previsto na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001.	OE	23/9/2015 Aprovado.	6/10/15 Encaminhado para a presidência o requerimento nº 1232/15. 18/11/15 Recebido cópia do Aviso nº 1773/2015, do Ministério da Justiça, em resposta a este requerimento. 19/11/15 Encaminhado, aos autores, cópia do Aviso nº 1773/2015, do Ministério da Justiça, em resposta a este requerimento.
112	PASTOR EURICO E OUTROS	Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater o afastamento do trabalho por conta de transtornos psiquiátricos de profissionais da segurança pública.	AP	23/9/2015 Aprovado.	
113	JOÃO CAMPOS (VER REQ. 80/15)	Requer a inclusão da convidada com base no Requerimento n.º 80/2015 de minha autoria.	AP	23/9/2015 Aprovado.	19/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
114	PASTOR EURICO E OUTROS	Requer a realização de Audiência Pública, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para Tratar do Combate ao Crime Organizado para debater as ações do crime organizado, frente às ameaças e cooptações dos membros da Administração Pública.	AP	23/9/2015 Aprovado com a inclusão, como convidado, do Senhor Gerson D'Agord Schaan, Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita Federal.	17/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
115	DELEGADO EDSON MOREIRA E LINCOLN PORTELA (VER REQ. 116)	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, ouvir o Comandante da Aeronáutica.	AP		
116	DELEGADO EDSON MOREIRA (VER REQ. 115)	Requer, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, por meio dos trabalhos realizados pela Subcomissão Permanente para tratar do Combate ao Crime Organizado, convidar o Comandante da Aeronáutica ou seu representante para falar do entendimento da Aeronáutica sobre a Lei nº 9.614/98.	AP	28/10/2015 Aprovado.	O autor pede para que este requerimento substitua o Req. 115.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
117	PASTOR EURICO	Requer no âmbito da Subcomissão Permanente para tratar do combate ao Crime Organizado, que sejam ouvidos os Secretários de Segurança dos Estados PE, AL, PB, CE e RN	AP	28/10/2015 Aprovado.	
118	PASTOR EURICO	Requer que esta Comissão solicite à Receita Federal informações estatísticas relativas às ocorrências envolvendo o crime organizado e seus servidores.	D		
119	OSMAR TERRA E LAURA CARNEIRO	Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Especial Destinada a Discutir, Elaborar e Acompanhar Políticas Públicas sobre Drogas - SUBDROGAS, para debater as formas de tratamento da dependência de Drogas.	AP	28/10/2015 Aprovado, com a inclusão de um representante do Conselho Federal de Psicologia.	
120	CABO SABINO	Requerer a realização de Encontro Regional, no município de Quixeramobim - CE, para discutir com a comunidade e órgãos de segurança pública a transferência de 41 policiais militares da Polícia Militar do Estado do Ceará sem qualquer justificativa.	OE		
121	EFRAIM FILHO	Requer a realização de Audiência Pública, com a participação da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, para debater o Plano Estratégico de Fronteiras, definido pelo Decreto n. 7.496, de 8 de Junho de 2011.	AP	28/10/2015 Aprovado.	26/11/2015 Audiência Pública realizada. Arquivado.
122	CABO DACIOLO E OUTROS	Requer o envio de comitiva conjunta de deputados desta Comissão para verificar "in loco" todos os locais onde se encontram presos militares e inspecionar as condições a que estão submetidos no Estado do Rio de Janeiro.	OE	28/10/2015 Aprovado.	
123	EDUARDO BOLSONARO (VER REQ. 129)	Requer a realização de audiência pública para que sejam avaliados os riscos e as consequências junto à sociedade em virtude de discursos de ódio e que incitam à violência, proferidos por lideranças políticas, acadêmicas e de movimentos sociais, nos mais diversos cenários, bem como que sejam convidados os Senhores Luís Inácio Lula da Silva, Vagner Freitas de Moraes e Mauro Luís Iasi	AP	11/11/15 Aprovado	
124	OSMAR TERRA	Requer a inclusão de convidado na audiência que será realizada para debatermos as formas de tratamento da dependência de droga.	AP		
125	RONALDO MARTINS	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a problemática do Tráfico de Pessoas.	AP		
126	RONALDO MARTINS	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a problemática do Tráfico de Pessoas.	AP		
127	RONALDO MARTINS	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a problemática do Tráfico de Pessoas.	AP		
128	CAPITÃO AUGUSTO	Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a realização de audiência pública conjunta, com a Comissão do Esporte, com a finalidade de debater sobre a organização do Plano de Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, com ênfase na prevenção de atos terroristas.	AP		
129	MOEMA GRAMACHO (VER REQ. 123)	Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 123, de 2015, a ser realizada no âmbito dessa Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	AP		
130	CAPITÃO AUGUSTO	Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a aplicação da Lei nº 12.654, de 2012.	AP		

	AUTOR	EMENTA	TIPO	RESULTADO	PROVIDÊNCIAS/OBSERVAÇÕES
131	LAURA CARNEIRO	Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em reunião fechada, para tomar conhecimento das medidas de segurança no Jogos Olímpicos 2016, devido aos últimos acontecimentos: Ataques terroristas na França.	AP		

Resolução nº 20, de 2004

Dá nova redação aos arts. 25, 26, 29, 32 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º

Art. 4º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

.....

XVI - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

a) assuntos atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas;

b) combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana;

c) controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias;

d) matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais;

e) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana e quaisquer situações conexas que afetem a segurança pública;

f) sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública;

g) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;

h) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas governamentais de segurança pública;

i) colaboração com entidades não-governamentais que atuem nas matérias elencadas nas alíneas deste inciso, bem como realização de pesquisas, estudos e conferências sobre as matérias de sua competência;

.....
Câmara dos Deputados, 17 de março de 2004 - Deputado JOÃO PAULO CUNHA, Presidente

EQUIPE TÉCNICA

QUADRO EFETIVO

Ricardo Menezes Perpétuo
Secretário Executivo de Comissão

José Bemfica de Deus
Chefe do Serviço de Comissão

Gleice Chagas dos Angelos
Chefe da Seção de Gestão de Proposições

Giovana Sílvia Cherchi Silva
Chefe da Seção de Gestão de Reuniões

João Marcos Ferreira Cantarino
Maria de Fátima Vieira Ornelas
Natália Morato Camargos
Rafaela Sousa Feitoza

PRÓ-ADOLESCENTES

Ana Laura Silva Pereira
Edson Ferreira Bueno

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

Alessandro Palatucci Bello
Carlos Alberto Rodrigues Aguiar
Margareth Moura de Andrade
Dary Pereira de Souza Júnior
Rafael Valença Soares

Contatos

Portal da Câmara dos Deputados
<http://www.camara.leg.br>

e-mail da Comissão
cspcco.decom@camara.leg.br

Endereço
Câmara dos Deputados - Anexo II
Sala 166-C - CEP 70.160-900

Telefones
0xx61 3216-6761 / 0xx61 3216-6762 / 0xx61 3216-6770 (fax)

